



Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2026 (Ano Base 2025)

BB e Entidades Ligadas do
Conglomerado Prudencial
(por adesão)

Índice

1. Apresentação 3

- 1.1. Mensagem do Conselho de Administração do BB..... 3
- 1.2. O Banco do Brasil 4
- 1.3. Uma Carta Anual unificada..... 5

2. Contribuições para Políticas Públicas..... 6

- 2.1. Entregas de valor público.....13
- 2.2. Declaração de recursos..... 25
- 2.3. Aderência aos ODS e iniciativas ASG..... 29

3. Governança Corporativa..... 40

- 3.1. Informações societárias e governança corporativa..... 41
- 3.2. Dados econômico-financeiros..... 53
- 3.3. Comentários dos administradores..... 54
- 3.4. Fatores de risco..... 54
- 3.5. Composição e remuneração da administração..... 55
- 3.6. Inovações em governança corporativa..... 61



1. Apresentação

1.1. Mensagem do Conselho de Administração

Prezado (a) Leitor (a),

Temos o prazer de apresentar a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa de 2026 (ano base 2025), **unificada para o BB, BB Asset, Ativos, BB-BI, BB Cartões, BB Consórcios e BB Leasing**. Este documento evidencia, de forma clara e objetiva, como a atuação do Banco do Brasil se orienta pelo interesse público, pela função social que lhe é atribuída e pela observância das melhores práticas de governança.

A transparência é essencial para o Banco e é um instrumento fundamental para o fortalecimento da confiança com seus clientes, acionistas, colaboradores e com a sociedade. Nesse sentido, esta Carta consolida informações relevantes sobre estruturas, práticas e resultados, permitindo ao leitor acompanhar e compreender como as políticas públicas e os princípios de governança são incorporados à estratégia e à gestão do Banco.

Em 2025, reforçamos a diversificação de receitas de prestação de serviços, com destaque para administração de fundos, consórcios e comissões de seguros, previdência e capitalização, demonstrando nossa força comercial e sinergia junto às empresas do nosso Conglomerado e evidenciando a capacidade do Banco do Brasil de atravessar cenários com responsabilidade, disciplina e foco na execução. Assim, mesmo sendo um ano de ajustes, o saldo da nossa Carteira de Crédito Sustentável alcançou R\$ 415,1 bilhões e atingimos R\$ 51,9 bilhões em valor adicionado à sociedade, inclusive, por meio de impostos, salários e dividendos, o que reforça nosso papel no desenvolvimento do país.

O Conselho de Administração reafirma, assim, seu compromisso com a ética, a responsabilidade institucional e a geração de valor público sustentável, assegurando que a atuação do Banco do Brasil permaneça alinhada às expectativas da sociedade, ao interesse coletivo e ao desenvolvimento econômico e social do país.



1.2. O Banco do Brasil

A Lei nº 4.595/1964 instituiu o Sistema Financeiro Nacional, composto pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, BNDES e demais instituições financeiras e estabeleceu o Banco do Brasil como agente financeiro do Tesouro Nacional e executor da política de crédito do Governo Federal e responsável pelo financiamento de atividades comerciais, industriais e rurais, difusão e orientação do crédito, efetivação da política de comércio exterior, dentre outras atribuições.

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento e o Banco é líder em gestão de Recursos de Terceiros, Seguro Rural e Previdência.

O BB é controlado pelo Governo Federal¹, que detém diretamente 50% das ações ordinárias. Temos 49,6% de ações em circulação (*free float*) em bolsa de valores, distribuídas entre 1,6 milhão de investidores e 0,40% mantidas em tesouraria.

Informações adicionais sobre o nosso histórico e principais produtos e serviços podem ser encontrados na seção 1 do Formulário de Referência (disponível em bb.com.br/ri > Publicações e Comunicados > Formulários de Referência).

¹O Governo Federal possui o controle do BB com 50,0000011% do total de ações.

Presente em todos os Estados brasileiros, entre rede própria e parceiros, o BB conta com uma plataforma de canais que oferece a conveniência da presença física e digital, oferecendo atendimento especializado para pessoas, empresas, governos e para toda a cadeia do agronegócio. Além disso, o Banco possui compromissos ASG alinhados à Agenda 30 BB e contribui ativamente para o desenvolvimento do Brasil.

No exterior, onde estamos presente desde 1941, os nossos clientes contam com a solidez e a segurança de sempre. Por meio de rede própria e de correspondentes distribuídos em pontos estratégicos para a realização de diversos serviços bancários, nossa atuação alcança diversos países.

Somos um dos maiores Conglomerados financeiros do país e nossa atuação envolve diversos segmentos e uma ampla variedade de serviços, por meio de parcerias estratégicas, empresas coligadas e controladas. Contamos com aproximadamente 90 milhões de clientes, mais de 85 mil funcionários e em 2025 tivemos um lucro líquido de R\$ 17,8 bilhões.





1.3. Uma Carta Anual unificada

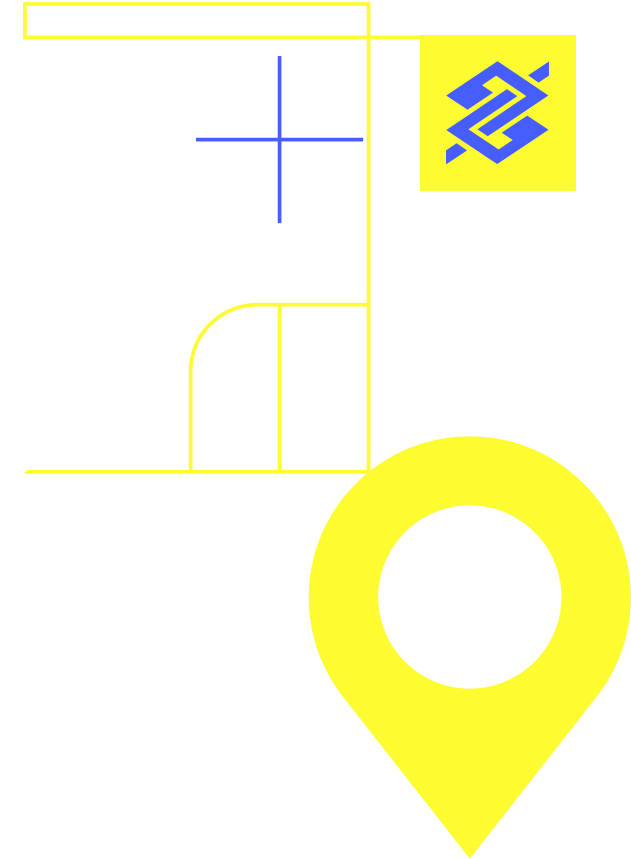
Para cumprir seu papel de agente executor das políticas públicas do governo federal, o BB conta com a colaboração de suas Entidades Ligadas (ELBBs), que atuam viabilizando e complementando o exercício das atividades previstas no objeto social do BB, incluindo as funções de relevante interesse coletivo previstas no art. 2º de seu Estatuto Social.

Esta edição da Carta Anual Unificada detalhará as informações de governança do Banco e das seguintes empresas do Conglomerado, conforme autorizado no Anexo I da Portaria SEST/MGI nº 9.734, de 26 de dezembro de 2024 e no art. 14 do Decreto nº 8.945/2016: **Ativos, BB Asset, BB-BI, BB Cartões, BB Consórcios e BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil.** Sediadas no país, essas ELBBs compõem o Conglomerado Prudencial¹ Banco do Brasil.

As demais empresas do Conglomerado sujeitas ao Decreto nº 8.945/2016 elaboram e divulgam suas próprias Cartas Anuais.

¹O Conglomerado Prudencial é caracterizado por uma instituição líder que detém o controle de outras instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições de pagamento, fundos de investimentos, além de outras entidades que realizem a aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios.

Mais informações sobre a composição do Conglomerado BB podem ser acessadas no site de Relações com Investidores do BB, disponível em ri.bb.com.br > O Banco do Brasil > Estrutura Organizacional > Conglomerado





2. Contribuições para as Políticas Públicas

Para além do interesse público que justificou a criação do Banco, nesta Carta, compartilhamos do entendimento de política pública governamental do IPEA¹, segundo o qual ela é a ação do governo em sentido amplo, a partir de propostas elaboradas com uma concepção estratégica e institucionalizada acerca de como enfrentar determinado problema público ou aproveitar oportunidades para promoção de desenvolvimento em diferentes escalas.

Nesse sentido, por meio de seu próprio Plano de Sustentabilidade, do Plano Plurianual (PPA)² e de outras políticas, o Banco do Brasil demonstra seu compromisso com o desenvolvimento do país, a promoção da diversidade e a inclusão social. Sua atuação em políticas públicas está estruturada de forma integrada à sua Estratégia Corporativa (ECBB), que orienta decisões, prioridades e mecanismos de acompanhamento do desempenho organizacional. No âmbito dessa arquitetura estratégica, os direcionadores estratégicos são desdobrados em indicadores no Plano Diretor, instrumento que consolida metas e medidas de desempenho associadas aos resultados esperados de médio e longo prazo, e refletem compromissos institucionais amplos do Banco com a geração de valor público, o desenvolvimento econômico e social do país e a promoção de práticas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

De forma consistente com essa diretriz, a ECBB incorpora direcionadores para a viabilização de políticas públicas e de soluções para programas voltados para projetos públicos, assegurando coerência entre planejamento estratégico, execução e prestação de contas à sociedade.

¹ (Lassance, 2020; Saravia, 2006; Secchi, 2010; Souza, 2006). (IPEA, [Catálogo de políticas públicas: nota metodológica versão 2022](#). Brasília; Rio de Janeiro: agosto de 2022, p. 5).

O Banco do Brasil participa do PPA por meio da aplicação de fundos de financiamentos governamentais e iniciativas com recursos próprios, além da realização de investimentos fixos da própria Companhia, alinhadas aos programas, objetivos e metas previamente definidos pelo Governo. As iniciativas governamentais realizadas pelo BB relativas ao PPA devem manter coerência com os direcionamentos da Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB) e são condicionadas ao estabelecimento da devida remuneração, que nunca deve ser inferior aos custos dos serviços a serem prestados.

A concessão de crédito pelo Banco do Brasil constitui um importante instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais no país. Ao ampliar o acesso ao crédito para populações historicamente excluídas, como agricultores familiares, microempreendedores e pequenas empresas, o Banco fortalece a inclusão financeira e cria oportunidades de geração de renda e emprego.

Por meio de sua ampla capilaridade e da atuação alinhada às políticas públicas, o Banco do Brasil direciona recursos para apoiar o empreendedorismo local e estimula atividades produtivas sustentáveis. Além disso, a oferta de crédito associada à educação financeira e à atuação anticíclica em períodos de crise contribui para a proteção da renda, a estabilidade econômica e a promoção de um crescimento mais equilibrado e socialmente justo.

² O Plano Plurianual (PPA), previsto no artigo 165 da Constituição da República Federativa do Brasil, é o instrumento de planejamento da Administração Pública Federal para viabilizar a implementação e a gestão de políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.



Complementariedade do Conglomerado BB

Em relação às Entidades Ligadas do Conglomerado Prudencial do BB sediadas no país, que estão contempladas nesta Carta Anual unificada, elas colaboram para execução de objetivos e metas associados à consecução de políticas públicas, complementando o objeto social do Banco e contribuindo para o desempenho do interesse público do Conglomerado, conforme apontaremos a seguir.



1

Alinhada ao interesse público, a BB Asset, atua na administração e gestão de recursos de terceiros e de fundos financeiros oficiais (governamentais) e carteiras administradas, promovendo a disseminação da cultura de mercado de capitais e de educação financeira, fortalecendo as empresas brasileiras e o estímulo à formação de poupança da população.

2

3

Capítulo

A BB Asset distribuiu seus fundos por intermédio da rede de agências do BB, localizadas em quase todos os municípios do território nacional, internet, mobile e terminais de autoatendimento (TAA). Em parceria com o BB, atua em diversos segmentos, como: Varejo, Alta Renda, Private, Middle Market, Corporate, Entidades Abertas e Fechadas de Previdência Complementar, Poder Público, Regimes Próprios de Previdência Social, Sociedades Seguradoras e Resseguradoras, Sociedades de Capitalização e de Arrendamento Mercantil, Fundos, Clubes de Investimento e carteiras administradas.

Seu propósito institucional consiste em “Prover inteligência em fundos de investimento para melhorar a vida das pessoas” tendo como valores a proximidade, o compromisso com a sociedade, a eficiência, a integridade, a inovação e a diversidade. Propósito e Valores são os elementos que inspiram e propiciam coerência na atuação da empresa. É assim que a BB Asset se define e deseja ser percebida.

Informações adicionais sobre o histórico da empresa e seus negócios podem ser encontrados no Formulário de Referência disponível no [site, da empresa, no menu “Documentos Institucionais”](#)



A Ativos tem por objeto a aquisição e gestão de créditos oriundos de operações realizadas por instituições do sistema financeiro. A eficiência na gestão das carteiras, em especial de créditos não performados, decorre da especialização na renegociação de dívidas, com condições personalizadas de taxas, prazos, parcelamentos e descontos, bem como da adequação dos desembolsos à capacidade de pagamento dos clientes, realizada por múltiplos canais de atendimento.

Em alinhamento ao propósito do Banco do Brasil, a Ativos oferece soluções para a regularização de dívidas, viabilizando a reabilitação dos clientes no mercado de crédito e contribuindo para a cidadania financeira das pessoas. Além disso, atua como plataforma de soluções de securitização e recuperação de ativos, exercendo papel estratégico no apoio ao processo de crédito do Conglomerado, com reflexos na qualidade da carteira, na recuperação de perdas e na destinação dos resultados ao Controlador.

Embora não desenvolva programas, ações ou projetos finalísticos do Governo Federal, a Ativos, na condição de subsidiária integral e indireta do Banco do Brasil, alinha sua atuação às diretrizes, políticas e premissas estabelecidas pelo Controlador, contribuindo para o cumprimento das funções de interesse coletivo previstas no Estatuto Social do Banco do Brasil. A atuação da Companhia viabiliza a recuperação de créditos no âmbito do Conglomerado, em conformidade com o princípio constitucional da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal) e com a permissão legal prevista no art. 1º da Lei nº 11.908/2009.

As ações de investimento que compõem a Estratégia Corporativa da empresa e seu Plano de Negócios mantêm coerência com os direcionamentos do Banco do Brasil.

Informações adicionais sobre o histórico da empresa e seus negócios podem ser encontradas em:
<https://ativosbb.com.br/>



O BB-Banco de Investimento S.A. (BB-BI), especialista no Mercado de Capitais, tem por objeto social “o exercício de todas as atividades e a prática de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis aos bancos de investimento, inclusive por meio de plataformas digitais”.

Atua na (i) estruturação, prestação de Garantia Firme e distribuição de Ofertas Públicas de Renda Fixa, Securitização e Renda Variável; (ii) investimentos em Fundos de Investimento em Participações; (iii) assessoria em Fusões e Aquisições (M&A) e *Project Finance*; (iv) Corretagem (*Home Broker*); (v) Custódia de Títulos e Valores Mobiliários; (vi) Pesquisa (*Research*) e (iv) intermediação de Títulos Privados.

Ao desenvolver suas atividades, o BB-BI não apenas cumpre os propósitos estabelecidos na Escritura Pública de sua criação e em seu objeto social, mas também desempenha um papel essencial no desenvolvimento de nossos clientes empresariais e no fortalecimento da sociedade, ao viabilizar o acesso a recursos financeiros fundamentais para investimentos, expansão e inovação. Essa atuação contribui diretamente para o crescimento sustentável dos negócios, promovendo geração de emprego, competitividade e impacto positivo nas comunidades. Além disso, a inserção no mercado de capitais amplia a visibilidade e a credibilidade das empresas, favorecendo a formação de parcerias estratégicas e atraindo investidores.

Esse ambiente estimula práticas de governança, transparência e eficiência, criando um ciclo virtuoso de promoção da agenda ASG e ampliação estrutural dos impactos socioambientais e de governança que sustentam o desenvolvimento de longo prazo.

O BB-BI mantém compromisso permanente com o aprimoramento do mercado de capitais, tornando-o mais dinâmico e inclusivo, em benefício de todas as partes interessadas. Mantém uma busca contínua por inovação e soluções que agreguem valor aos clientes, consolidando nossa posição como uma instituição confiável, estratégica e influente no sistema financeiro nacional.

Informações adicionais sobre o histórico da empresa e seus negócios podem ser encontrados em:
<https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/elbb/bb-banco-de-investimento-sa#/>.



Um mercado de capitais robusto possibilita o fortalecimento das empresas brasileiras, viabiliza seus processos de capitalização, como alternativa de financiamento das suas atividades e estimula a poupança da população, sendo essencial para o crescimento do país.

Ao complementar as atividades do seu Controlador, o BB-BI contribui ainda para que este cumpra de forma efetiva o seu papel relevante de agente do desenvolvimento econômico e social do país, enquanto busca impulsionar a economia e o crescimento dos mais diversos setores.



A BB Consórcios tem por objeto social principal a administração de grupos de consórcio destinados a facilitar o acesso a bens ou conjunto de bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes. Sua atuação vai além da administração de grupos de consórcio, inserindo-se de forma coordenada na execução das diretrizes estratégicas do Banco do Brasil, que historicamente desempenha papel relevante na implementação de políticas públicas de crédito, apoio ao empreendedorismo, habitação e mobilidade.

A contribuição da BB Consórcios para essas políticas materializa-se por meio dos seguintes vetores estruturantes:

- Inclusão Financeira e Apoio à Gestão do Orçamento Familiar e Empresarial

Ao oferecer planos de consórcio com parcelas escalonadas, a BB Consórcios contribui para políticas públicas voltadas à redução de vulnerabilidades econômicas de famílias e pequenos empreendedores. A modalidade estimula disciplina financeira, favorece o planejamento de médio e longo prazo e viabiliza a formação progressiva de patrimônio, ampliando a estabilidade econômica e a capacidade de organização financeira dos cotistas.

- Ampliação do Acesso a Bens e Serviços Essenciais

O consórcio permite a aquisição programada de bens e serviços que impactam diretamente áreas como mobilidade urbana, moradia e geração de renda. Em cenários em que o crédito tradicional é mais restritivo, a atuação da BB Consórcios amplia o acesso a soluções financeiras acessíveis, especialmente para segmentos de renda média e baixa, funcionando como instrumento indireto de apoio a políticas voltadas à melhoria das condições socioeconômicas.

- Promoção da Educação Financeira e da Cultura de Planejamento

A expansão da participação no mercado consorcial contribui para difundir práticas de educação financeira, componente fundamental de agendas públicas de inclusão e capacitação. O consórcio estimula consumidores a compreenderem a importância do planejamento financeiro de longo prazo, fortalecendo comportamentos que favorecem sustentabilidade financeira e tomada de decisão consciente.



– Suporte à Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Alinhada às diretrizes estratégicas do Controlador, a BB Consórcios apoia objetivos relacionados a políticas de desenvolvimento produtivo e econômico, ao disponibilizar um instrumento financeiro que favorece a formalização de projetos, o consumo responsável e a geração de valor. Essa atuação contribui para o fortalecimento de cadeias produtivas e para o estímulo a práticas econômicas sustentáveis.

– Apoio à Geração de Renda e ao Desenvolvimento Produtivo

A comercialização de consórcios para aquisição de bens móveis, imóveis e serviços dinamiza setores relevantes da economia nacional, como construção civil, indústria automotiva e serviços especializados. No âmbito do Conglomerado BB, essa atuação reforça objetivos de estímulo ao mercado interno, formalização de atividades econômicas e apoio a micro e pequenos empreendedores, que utilizam o consórcio como instrumento de investimento produtivo.

Informações adicionais sobre o histórico da empresa e seus negócios podem ser encontrados em: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/elbb/bb-consorcios#/>



A BB Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., faz a administração de vales-benefício: alimentação, refeição, cultura e multibenefícios, em alinhamento às diretrizes do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), promovendo bem-estar do trabalhador e a dinamização da economia local em ampla rede de aceitação distribuída nacionalmente. Com isso, a Companhia atua como elo operacional do Conglomerado na agenda de meios de pagamento e benefícios com impacto social, em consonância com o papel do controlador como instrumento de execução da política creditícia e financeira previsto no art. 19 da Lei nº 4.595/1964.

A atuação da BB Cartões complementa o objeto social do Banco do Brasil ao viabilizar serviços que promovem circulação segura de recursos, rastreabilidade e eficiência transacional junto às empresas do Conglomerado e à rede credenciada. Esse arranjo institucional reforça a entrega de valor público por meio da oferta de benefícios alimentares e correlatos a trabalhadores, aumentando a capilaridade e o acesso em milhares de municípios, com ganhos de integridade, redução de custos de transação e suporte à formalização dos estabelecimentos comerciais.

Quanto ao alinhamento estratégico, a BB Cartões ancora suas entregas por intermédio de orientações do controlador, assegurando coerência com a Estratégia Corporativa do Banco do Brasil e com os programas e metas priorizados pelos órgãos setoriais do Governo Federal.



Nesse modelo, a BB Cartões contribui para o propósito público do Conglomerado por meio da gestão de benefícios e da manutenção de processos digitalizados e auditáveis, favorecendo o monitoramento e a prestação de contas requeridos às estatais.



A BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil tem por objeto principal a realização de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis, bem como de subarrendamento, cessão e aquisição de contratos e de direitos creditórios decorrentes dessas operações, além das demais atividades legalmente permitidas às sociedades de arrendamento mercantil, nos termos do artigo 5º de seu Estatuto Social.

No exercício de suas atividades, a BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, além de atender aos propósitos que fundamentaram sua constituição, viabiliza e complementa o cumprimento do objeto social do Banco do Brasil S.A., contribuindo para o desempenho de suas funções de relevante interesse coletivo, nos termos do artigo 2º do Estatuto do BB.

Nesse contexto, atua como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, em consonância com o artigo 19 da Lei nº 4.595/1964, especialmente o inciso XI, alínea “a”, ao difundir e orientar o crédito por meio do financiamento das atividades econômicas, atendendo às necessidades creditícias das diferentes regiões do país.

Adicionalmente, ao atuar junto às empresas atendidas pelo Banco do Brasil, complementa a promoção da circulação de bens, nos termos do §1º do referido dispositivo estatutário.

A BB Leasing alinha-se aos objetivos do BB, ao oferecer soluções voltadas ao financiamento de investimentos destinados à modernização e à ampliação das empresas brasileiras.

Informações adicionais sobre o histórico institucional e as atividades da Empresa encontram-se disponíveis no site: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/elbb/bb-leasing-sa---arrendamento-mercantil#/>



2.1. Entregas de valor público

Para as políticas públicas, no processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas, realizamos estudo de viabilidade econômico-financeira para a precificação das linhas de crédito. Esse processo envolve a identificação do custo financeiro do *funding*, custos administrativos, riscos atrelados, tributação, além da realização de pesquisas de mercado. Em relação à prestação de serviços, o estabelecimento da nossa remuneração nunca deve ser inferior aos custos dos serviços a serem prestados.

No ano de 2025, os compromissos assumidos para o PPA 2024-2027, com base na Estratégia Corporativa Banco do Brasil, foram os seguintes:

2.1.1. Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar

O programa tem por objetivo ampliar o acesso e qualificar os instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços mínimos e de garantia de renda para a agricultura familiar.

Concessão de Crédito para Agricultores Familiares



O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) objetiva estimular a geração de renda e valorizar o uso da mão-de-obra familiar nas propriedades rurais, desde que atendidas as prerrogativas do Manual de Crédito Rural (MCR).



As condições de financiamento são estabelecidas em consonância com os objetivos do Pronaf e são diferenciadas, destacadamente, no que se refere às taxas de juros, inferiores àquelas praticadas junto aos outros públicos rurais. Desenvolvemos ações focadas no fortalecimento do Pronaf, dentre as quais se destacam:

i. especialização do atendimento, com a disponibilização, treinamento e capacitação de profissionais qualificados para prestar assessoria completa aos produtores rurais;

* Consta no Catálogo de Políticas Públicas elaborado pelo Ipea, disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/sobre>



- ii. orientação à rede de agências relativas ao atendimento das necessidades e demandas creditícias dos agricultores familiares;
- iii. proximidade com o cliente, por meio do modelo de atuação que conta com a ajuda de parceiros e convênios contratados como Correspondentes Comerciais – Segmento Agronegócio, além da disponibilização de Carretas Agro que levam assessoria técnica e financeira, além de treinamento aos clientes das cidades visitadas, dentre outros;
- iv. simplificação, digitização e melhorias constantes nos processos de contratação e renovação para as linhas de custeio e investimento.

Continuaremos com ações de apoio estratégico à agricultura familiar, com ênfase em processos digitais para melhorar a experiência do cliente, estimulando o atendimento a esse público e reforçando sua parceria com o agronegócio no Brasil.

Tabela 1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Catálogo de políticas públicas *

Política Pública	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	
i. Codificação PPA 2024-2027	Programa: Agricultura Familiar e Agroecológica Ação: Pronaf	
ii. Metas (planejadas/realizadas)	2024 Planejado: R\$ 21 bilhões Realizado: R\$ 24 bilhões	2026 Planejado: R\$ 22 bilhões
	2025 Planejado: R\$ 22 bilhões Realizado: R\$ 21 bilhões	2027 Planejado: R\$ 23 bilhões
	iii. Valor desembolsado pelo BB em 2025 R\$ 21 bilhões.	
	iv. Custos incorridos Custos de captação, administrativos e tributários.	
v. Origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	As principais fontes de recursos para os financiamentos por meio do Pronaf são: - Poupança Rural; - Depósitos à Vista; - Tesouro Nacional.	
vi. Estimativa dos impactos no desempenho financeiro do BB (Margem Financeira Bruta apurado em 2025)	R\$ 3,8 bilhões.	
vii. Avaliação de efetividade na consecução dos objetivos da política pública	Em 2025, a meta planejada foi de R\$ 22 bilhões e o realizado foi de R\$ 21 bilhões, o que demonstra atingimento da meta em 95%. O não cumprimento da meta ocorreu devido à retirada da base as operações desembolsadas com fonte FCO, evitando assim sobreposição de informações. As metas de 2026 e 2027 foram revisadas, com vistas a mitigar eventual sobreposição. Os principais indicadores utilizados para medir a efetividade na consecução dos objetivos das políticas do Pronaf são: - Valor desembolsado; - Valor disponibilizado em equalização. O principal fator que indica a efetividade na entrega dos objetivos é o desembolso total do valor disponibilizado nas portarias de equalização do Governo Federal.	

* Consta no Catálogo de Políticas Públicas elaborado pelo Ipea, disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/sobre>



2.1.2. Agropecuária Sustentável

Atuamos no programa com a finalidade de ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento e fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, visando à melhoria da qualidade de vida, organização e sustentabilidade da base produtiva, geração de trabalho, emprego e renda, inclusão social e redução das desigualdades regionais.

Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, Agricultura Empresarial e Pronamp

As linhas de crédito agro visam promover o desenvolvimento das atividades em bases sustentáveis, proporcionar ampliação da renda, geração de emprego, reduzir as emissões de gases de efeito estufa, adequar as propriedades rurais à legislação ambiental, além de estimular a recuperação de áreas degradadas.

Tabela 2. Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, Agricultura Empresarial e Pronamp

Política Pública	Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, Agricultura Empresarial e Pronamp	
i. Codificação PPA 2024-2027	Programa: Produção Agropecuária Sustentável Ação: Agricultura de Baixo Carbono, Agricultura Empresarial e Pronamp	
ii. Metas (planejadas/realizadas)	2024 Planejado: R\$ 79 bilhões Realizado: R\$ 86 bilhões	2026 Planejado: R\$ 76 bilhões
	2025 Planejado: R\$ 85 bilhões Realizado: R\$ 74 bilhões	2027 Planejado: R\$ 78 bilhões
iii. Valor desembolsado pelo BB em 2025	R\$ 74 bilhões.	
iv. Custos incorridos	Custos de captação, administrativos e tributários.	
v. Origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	As principais fontes de recursos para os financiamentos do Programa RenovAgro, Pronamp e Agricultura Empresarial são: - Poupança Rural equalizada; - Poupança Rural não equalizada; - Depósitos à Vista controlado; - Recursos Próprios livres; - BNDES/Finame; - Letra de Crédito do Agronegócios (LCA).	
vi. Estimativa dos impactos no desempenho financeiro do BB (Margem Financeira Bruta apurado em 2025)	R\$ 6,1 bilhões.	
vii. Avaliação de efetividade na consecução dos objetivos da política pública	Em 2025, a meta planejada foi de R\$ 85 bilhões e o realizado foi de R\$ 74 bilhões, o que demonstra atingimento da meta em 87%. Os principais indicadores utilizados para medir a efetividade na consecução dos objetivos das políticas de crédito rural são: - Valor Desembolsado; - Valor disponibilizado em equalização; O principal fator que indica a efetividade na entrega dos objetivos é o desembolso total do valor disponibilizado nas portarias de equalização do Governo Federal, bem como os desembolsos	



Mantemo-nos como o principal agente financeiro do agronegócio brasileiro, apoiando em todas as etapas da cadeia de valor, financiando o custeio da produção, a comercialização e os investimentos, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas.

Os recursos são destinados, entre outros, à aquisição de insumos agropecuários, máquinas, implantação de projetos de inovação tecnológica, aquisição de itens para uso e/ou mudança da matriz energética. Desenvolvemos, de forma dinâmica, ações que contribuem para o atendimento de toda a cadeia produtiva, dentre as quais, destacam-se:

- i. especialistas capacitados e qualificados para prestar assessoria completa e individualizada aos produtores rurais; com foco em relacionamentos, negócios e serviços financeiros, inclusive digitais;
- ii. linhas de crédito adequadas aos prazos e condições de pagamento, frente às demandas de cada cliente;



- iii. proximidade com o produtor por meio de agências especializadas agro, com atuação de profissionais que dão apoio técnico e financeiro, treinamentos e assessoria;
- iv. constante aprimoramento interno para simplificar e agilizar os processos de contratação e renovação para linhas de crédito;
- v. Monitoramento de mercado;
- vi. parcerias com governo, empresas e cooperativas;
- vii. participação em feiras e eventos agropecuários, inclusive com a participação das carretas agro nos Circuitos de Negócio Agro BB.

Manteremos a estratégia de ampliação dos negócios e prospecção de operações, fortalecendo cada vez mais a agricultura de baixo carbono em todas as regiões do país.



2.1.3. Desenvolvimento Regional e Territorial

Atuamos no programa com a finalidade de promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro, por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial, além de promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o desenvolvimento regional e territorial.

FCO Rural

O Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) foi instituído pela Lei nº 7.827/1989, em razão do disposto na Constituição Federal, artigo 159, inciso I, alínea c.

Trata-se de um fundo que tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, mediante a exe-

cução de programas de financiamento aos setores produtivos. Somos administradores do FCO, em conjunto com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco).

Tabela 3. Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO-Rural)

Política Pública	FCO-Rural	
i. Codificação PPA 2024-2027	Programa: Produção Agropecuária Sustentável Ação: FCO Rural	
ii. Metas (planejadas/realizadas)	2024 Planejado: R\$ 4,5 bilhões Realizado: R\$ 5,1 bilhões	2026 Planejado: R\$ 5 bilhões
	2025 Planejado: R\$ 4,5 bilhões Realizado: R\$ 8 bilhões	2027 Planejado: R\$ 5,5 bilhões
	iii. Valor desembolsado pelo BB em 2025 R\$ 8,0 bilhões.	
	iv. Custos incorridos Custos de captação, administrativos e tributários.	
v. Origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Recursos provenientes do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO).	
vi. Estimativa dos impactos no desempenho financeiro do BB (Margem Financeira Bruta apurado em 2025)	R\$ 2,1 bilhões.	
vii. Avaliação de efetividade na consecução dos objetivos da política pública	Em 2025, a meta planejada foi de R\$ 4,5 bilhões e o realizado foi de R\$ 8,0 bilhões, o que demonstra o atingimento da meta em 178%. O principal indicador utilizado para medir a efetividade na consecução dos objetivos das políticas do FCO Rural é o valor disponível para contratação do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), sendo o Banco do Brasil responsável pela administração do Fundo. O principal fator que indica a efetividade na entrega dos objetivos é a utilização total dos recursos disponibilizados no FCO.	



No âmbito do crédito rural, com recursos do FCO Rural, são financiados investimentos fixos e semifixos, custeio associado a projetos de investimentos, custeio agrícola e pecuário.

Com objetivo de divulgar a linha de crédito, suas finalidades, benefícios e condições, além de incentivar sua contratação, historicamente, desenvolvemos ações como:

- i. Ampla divulgação interna por meio dos canais de comunicação, eventos e palestras técnicas;
- ii. Celebração de parcerias com entidades de apoio aos produtores rurais para disseminação do programa;
- iii. Simplificação e automatização de processos de contratação das operações; e
- iv. Articulação do Assessoramento Técnico em Nível de Carteira (ATNC) com as empresas que prestam assistência técnica aos produtores rurais, para identificação das tecnologias e padronização dos projetos de investimento.



Manteremos a estratégia de prospecção de operações e aplicação conforme a disponibilidade do fundo.



Financiamento de Cadeias Produtivas (FCO – Empresarial)



No âmbito do crédito empresarial, com recursos do FCO, são financiados projetos de investimento e empreendimentos localizados na região Centro-Oeste, em negócios que se dedicam à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial, mineral, de turismo, infraestrutura econômica, comércio e serviços.

* Consta no Catálogo de Políticas Públicas elaborado pelo Ipea, disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/sobre>

Tabela 4: Financiamento de Cadeias Produtivas (FCO – Empresarial)

Política Pública	FCO Empresarial	
i. Codificação PPA 2024-2027	Programa: 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial. Ação: 015X - Financiamento de cadeias produtivas prioritizadas pela política de desenvolvimento territorial do Banco do Brasil (inclusive financiamento de sistemas fotovoltaicos), com recursos oriundos do FCO, no caso, o FCO-Emposarial.	
ii. Metas (planejadas/realizadas)	2024 Planejado: R\$ 4,1 bilhões Realizado: R\$ 4,9 bilhões	2026 Planejado: R\$ 5,0 bilhões
	2025 Planejado: R\$ 4,6 bilhões Realizado: R\$ 3,9 bilhões	2027 Planejado: R\$ 5,1 bilhões
iii. Valor desembolsado pelo BB em 2025	Valor desembolsado R\$ 3,9 bilhões.	
iv. Custos incorridos	Custos de captação, administrativos e tributários	
v. Origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Recursos provenientes do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).	
vi. Estimativa dos impactos no desempenho financeiro do BB (resultado gerencial apurado em 2025)	R\$ 270,5 milhões.	
vii. Avaliação de efetividade na consecução dos objetivos da política pública	A mensuração da efetividade no atingimento dos objetivos da política pública apoiada pelo FCO Empresarial passa pela comparação entre o resultado planejado e o de fato realizado, visando a utilização integral dos recursos disponibilizados pelo Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO). Em 2025 foram desembolsados R\$ 3,9 bilhões, 84% do planejado, refletindo alterações de público nas operações de giro e mudanças nos aspectos regulatório e prudencial.	



2.1.4. Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

O objetivo do programa é a proteção à vida, o fortalecimento da família, a promoção e a defesa dos direitos humanos para todos, por meio do financiamento de bens e/ou serviços de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência.

1 Financiamento de Bens e/ou Serviços de Tecnologia Assistiva

O BB Crédito Acessibilidade iniciou-se em fevereiro de 2012, a partir do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, com a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência (Decreto nº 7.612/2011).

* Consta no Catálogo de Políticas Públicas elaborado pelo Ipea, disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/sobre>

Tabela 5. Financiamento de Bens e/ou Serviços de Tecnologia Assistiva para Pessoas com Deficiência (BB Crédito Acessibilidade)

Política Pública	BB Crédito Acessibilidade	
i. Codificação PPA 2024-2027	Programa: 5811 - Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência Ação: 015Y - Financiamento de bens e/ou serviços de Tecnologia Assistiva para pessoas com deficiência	
ii. Metas (planejadas/realizadas)	2024 Planejado: R\$ 85 milhões Realizado: R\$78,8 milhões	2026 Planejado: R\$ 112 milhões
	2025 Planejado: R\$ 88,5 milhões Realizado: R\$ 111,8 milhões	2027 Planejado: R\$ 113,6 milhões
iii. Valor desembolsado pelo BB em 2025	R\$ 111,8 milhões.	
iv. Custos incorridos	Custos administrativos e tributários.	
v. Origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Depósitos à vista captados pelas instituições financeiras.	
vi. Estimativa dos impactos no desempenho financeiro do BB (resultado gerencial apurado em 2025)	R\$ 25,4 milhões.	
vii. Avaliação de efetividade na consecução dos objetivos da política pública	Em 2025 foram desembolsados R\$ 111,8 milhões, superando a meta em 34%, refletindo os efeitos da Portaria MF 2.276/2025, que aumentou a disponibilidade de recursos equalizáveis.	



O BB Crédito Acessibilidade é uma linha de crédito destinada a promover a acessibilidade e a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência em todas as áreas da vida em sociedade. Possui condições diferenciadas de juros, que variam de 6% a 7,5% ao ano. O público-alvo é composto por pessoas físicas com renda mensal de até 10 salários-mínimos e limite de crédito aprovado e vigente no BB.

Em 2025, o Banco do Brasil desembolsou aproximadamente R\$ 111,8 milhões, distribuídos em 8,25 mil operações, beneficiando mais de 8 mil clientes. Desde sua criação, em 2012, o programa já atingiu R\$ 1,03 bilhão em investimentos, contemplando aproximadamente 118 mil pessoas em todo o país.



2.1.5. Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

Atuamos no programa com a finalidade de fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado às atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado.



Concessão de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)



O Microcrédito Produtivo Orientado – MPO é uma linha de crédito destinada a atender as necessidades de capital de giro da atividade produtiva de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras, organizadas de forma individual ou coletiva, utilizando metodologia baseada na orientação financeira e acompanhamento. Utiliza modelo de atendimento ao empreendedor com ênfase na orientação, visando o desenvolvimento sustentável do negócio esperando-se, como consequência, a formalização do empreendedor, além da geração de empregos e da contribuição para a sua bancarização.

* Consta no Catálogo de Políticas Públicas elaborado pelo Ipea, disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/sobre>

Tabela 6. Concessão de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

Política Pública	Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)	
i. Codificação PPA 2024-2027	Programa: 2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional Ação: 015Z - Microcrédito Produtivo Orientado	
ii. Metas (planejadas/realizadas)	2024 Planejado: R\$ 1,45 bilhão Realizado: R\$ 1,56 bilhão	2026 Planejado: R\$ 1,52 bilhão
	2025 Planejado: R\$ 1,50 bilhão Realizado: R\$ 1,38 bilhão	2027 Planejado: R\$ 1,54 bilhão
iii. Valor desembolsado pelo BB em 2025	R\$ 1,38 bilhão.	
iv. Custos incorridos	Custos administrativos e tributários.	
v. Origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Recursos da exigibilidade do microcrédito (2% dos depósitos compulsórios à vista).	
vi. Estimativa dos impactos no desempenho financeiro do BB (resultado gerencial apurado em 2025)	R\$ 166,5 milhões.	
vii. Avaliação de efetividade na consecução dos objetivos da política pública	O Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) apoia necessidades de capital de giro e investimento para atividades produtivas de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras, integrando o PNMPO e fortalecendo geração de renda e negócios locais. Em 2025 foi desembolsado R\$ 1,38 bilhão.	



2.1.6. Comércio Exterior



O programa tem por objetivo aprimorar os instrumentos de apoio creditício oficial às exportações.

Financiamento à exportação de bens e serviços

O Proger Exportação é linha de financiamento à exportação para Micro e Pequenas Empresas (MPE), criada no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), por meio da Resolução nº 330/2003.

Os recursos do Proger são emprestados aos bancos oficiais federais mediante autorização do Codefat, que aprova a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (PDE), por meio de uma resolução para cada exercício. O efetivo aporte dos recursos é realizado de acordo com cronograma definido no Termo de Alocação de Depósito Especial do FAT (Tade), celebrado entre a secretaria executiva do conselho e cada agente financeiro, para cada programa ou linha de crédito especial.

Tabela 7. Financiamento à Exportação de Bens e Serviços (Proger Exportação)

Política Pública	Proger Exportação	
i. Codificação PPA 2024-2027	Programa: 2211 – Inserção Econômica Internacional Ação: 00ZM – Financiamento à exportação de bens e serviços, destinado a Micro e pequenas empresas	
ii. Metas (planejadas/realizadas)	2024 Planejado: R\$ 23 milhões Realizado: R\$ 0,00	2026 Planejado: R\$ 25 milhões
	2025 Planejado: R\$ 24 milhões Realizado: R\$0,00	2027 Planejado: R\$ 26 milhões
iii. Valor desembolsado pelo BB em 2025	Não houve desembolso no ano de 2025, pois não houve repasse de recursos pelo FAT.	
iv. Custos incorridos	Custo da linha: TLP (Taxa de Longo Prazo) + remuneração ao agente financeiro.	
v. Origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o financiamento de micro e pequenas empresas brasileiras por meio da Resolução nº 330/03.	
vi. Estimativa dos impactos no desempenho financeiro do BB (resultado gerencial apurado em 2025)	Não houve resultado gerencial apurado em 2025, que não houve aplicação da linha.	
vii. Avaliação de efetividade na consecução dos objetivos da política pública	O Proger auxilia as pequenas empresas (MPE) com o financiamento, principalmente, da sua promoção no mercado internacional, contribuindo para a internacionalização das empresas brasileiras, no incremento das exportações, bem como na geração de emprego e renda. Desde 2019 não houve novos repasses do FAT destinados ao Proger Exportação. A linha encontra-se suspensa, sem novos desembolsos.	

* Consta no Catálogo de Políticas Públicas elaborado pelo Ipea, disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/sobre>

2.1.7. Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe)

O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é linha de capital de giro, estabelecida pela Lei nº 13.999/2020, para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios.

O Programa tornou-se permanente pela Lei nº 14.161/2021, tendo como público-alvo clientes dos segmentos micro e pequenas empresas com Receita Bruta Anual registrada na Receita Federal do Brasil de até R\$ 4,8 milhões.

Em 2024 o BB continuou a apoiar as micro e pequenas empresas, considerando o disposto na Medida Provisória nº 1.216, de 9 de maio de 2024, que concedeu subvenção econômica a mutuários que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos em 2024, e estabeleceu normas para facilitação de acesso a crédito, tendo em vista os efeitos negativos decorrentes de desastres naturais.

Em 2025, foram desembolsados R\$ 3,9 bilhões para mais de 45 mil empresas, reforçando a importância da linha no apoio creditício às Micro e Pequenas empresas.

Tabela 8. Capital de Giro Pronampe

Política Pública	Capital de Giro Pronampe	
i. Codificação PPA 2024-2027	Programa: 2801 - Neoliberalização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional Ação: 0161 - Capital de Giro Pronampe	
ii. Metas (planejadas/realizadas)	2024 Planejado: R\$ 8 bilhões Realizado: R\$ 6,9 bilhões	2026 Planejado: R\$ 5 bilhões
	2025 Planejado: R\$ 5 bilhões Realizado: R\$ 3,9 bilhões	2027 Planejado: R\$ 5 bilhões
iii. Valor desembolsado pelo BB em 2025	R\$ 3,9 bilhões.	
iv. Custos incorridos	Custos de captação. Administrativos e tributários.	
v. Origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Tesouraria (conta própria) do BB.	
vi. Estimativa dos impactos no desempenho financeiro do BB (resultado gerencial apurado em 2025)	R\$ 980,4 milhões.	
vii. Avaliação de efetividade na consecução dos objetivos da política pública	Em 2025 foram desembolsados R\$ 3,9 bilhões, aproximadamente 79% do planejado, refletindo fatores relacionados à atratividade das condições financeiras ofertadas no período.	

* Consta no Catálogo de Políticas Públicas elaborado pelo Ipea, disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/sobre>

2.2. Declaração de recursos

Nosso apoio à execução orçamentária federal, na condição de agência financeira oficial de fomento, ocorre por meio da concessão de empréstimos e financiamentos com taxas diferenciadas, lastreados com recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), além de recursos próprios.

O Tesouro Nacional disponibilizou ao Banco do Brasil, durante o exercício de 2025, aproximadamente R\$ 10.596,92 milhões para fundos e programas destinados ao custeio de empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), sendo que o FCO e o FDA representaram 63,89 % desse total.

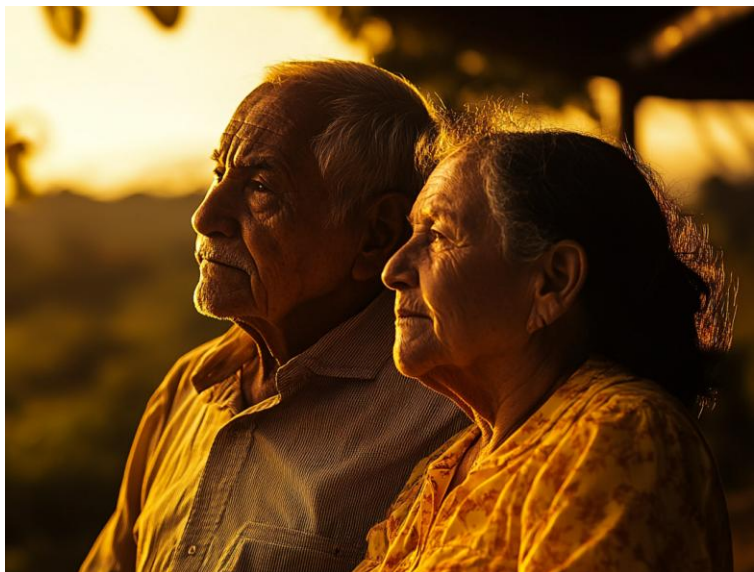
O valor restituído ao Tesouro Nacional no mesmo período referente às parcelas de retorno dos financiamentos (principal atualizado) totalizou R\$ 2.931,81 milhões. O saldo total da carteira de empréstimos e financiamentos concedidos pelo BB foi de aproximadamente R\$ 82.360,99 milhões em dezembro/2025 e está detalhado na tabela a seguir.

Tabela 9. Recursos do OFSS – Valores Repassados e Valores Restituídos ao TN
R\$ milhões

Fundo/Programa	Valor Repassado pelo TN (a)	Valor Restituído ao TN (b)	Fluxo 2025 (a – b)	Carteira – Operações ativas (Dez/25)
FCO	5.719,90	0,00	5.719,90	61.225,14
FDA	1.051,16	97,08	954,08	2.865,15
FDCO	1.020,27	134,34	885,93	1.442,08
FDNE	537,84	620,06	(82,22)	5.409,26
FMM	132,90	716,65	(583,75)	4.336,93
FTRA	200,00	40,94	159,06	1.073,27
Funcafé	653,40	413,21	240,19	919,44
Proex¹	771,57	819,56	(47,99)	3.920,49
Pronaf/TN	509,88	89,97	419,91	1.169,23
TOTAL	10.596,92	2.931,81	7.665,11	82.360,99

¹ Sujeito à variação cambial

Nos financiamentos rurais e agroindustriais, utilizamos 87,8% de recursos próprios, principalmente poupança rural, letras de crédito do agronegócio (LCA) e depósitos à vista. Além desses, o Banco também repassa recursos de Fundos Constitucionais, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). A tabela 10 demonstra essa estratificação.



Os financiamentos rurais e agroindustriais podem utilizar recursos equalizáveis ou não equalizáveis. A distribuição desses volumes pode ser visualizada na tabela 11.

Tabela 10. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos
R\$ milhões (valores aproximados)

	Dez/22	Part. %	Dez/23	Part. %	Dez/24	Part. %	Dez/25	Part. %
Poupança Rural	145.806	47,1%	125.386	35,3%	123.251	31,0%	133.269	32,8%
LCA	49.555	16,0%	112.126	31,6%	119.016	29,9%	102.536	25,2%
Depósitos à Vista	34.493	11,1%	38.450	10,8%	35.434	8,9%	33.206	8,2%
FCO	31.707	10,2%	34.139	9,6%	37.000	9,3%	41.114	10,1%
BNDES/FINAME	4.124	1,3%	4.460	1,3%	7.163	1,8%	8.263	2,0%
Demais*	44.026	14,2%	40.744	11,5%	75.846	19,1%	87.745	21,6%
Carteira de Crédito Ampliada	309.711	100%	355.305	100%	397.710	100%	406.133	100%

(*) Tesouro Nacional, Funcafé e títulos do agronegócio (CDCA e CPR).

Tabela 11. Recursos Equalizáveis e Não-Equalizáveis da Carteira de Agronegócios
R\$ milhões (valores aproximados)

	Dez/22	Dez/23	Dez/24	Dez/25
Carteira de Crédito (a +b)	286.047	320.262	355.970	371.843
(a) Recursos Equalizáveis	109.455	103.091	117.896	124.083
Investimento	67.779	76.786	87.561	95.688
Custeio	41.036	25.986	30.093	28.357
Comercialização	640	319	242	38
Demais	-	-	-	-
(b) Recursos Não-Equalizáveis	176.592	217.171	238.074	247.760
(c) Títulos do Agronegócio (CDCA e CPR)	23.664	35.043	41.740	34.289
Carteira de Crédito Expandida (a+b+c)	309.711	355.305	397.710	406.133

A equalização, modalidade de subvenção econômica, instituída pela Lei nº 8.427/1992, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais e os bancos cooperativos, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural, nos termos dos artigos 1º, incisos I e II e art. 5º da Lei nº 8.427/1992.

Os volumes de receitas de equalização recebidas e a receber pelo Banco do Brasil são detalhados nas tabelas 12 e 13. Vale destacar o recorte para a carteira de recursos equalizáveis, já apresentado na tabela 11.

Informações adicionais podem ser encontradas nas Demonstrações Contábeis – Exercício 2025 (disponíveis em ri.bb.com.br ›Informações Financeiras › Central de Resultados).

Tabela 12. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação – R\$ milhões (valores aproximados)

	Dez/22	Dez/23	Dez/24	Dez/25
Total	5.821	5.059	4.097	7.181
Receitas de Equalização	5.740	4.961	4029	7.052
Fator de Ponderação	81	98	68	129

Tabela 13. Receitas de Equalização a Receber (Movimentação) – R\$ milhões (valores aproximados)

	Dez/22	Dez/23	Dez/24	Dez/25
Saldo Inicial	938	1.359	934	1.196
(+/-) Movimentações	421	-425	262	703
Saldo Final	1.359	934	1.196	1.899



Exercício 2026 - Projetado

Para o exercício de 2026, a expectativa de recursos a serem disponibilizados para os Fundos e Programas é:

- **Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO):** expectativa de R\$ 14 bilhões, destinados ao fomento dos setores produtivos da região Centro-Oeste.
- **Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA):** expectativa de R\$ 100 milhões de recursos a serem disponibilizados para contratação de operações do FTRA.
- **Funcafé,** considerando os exercícios anteriores, há a expectativa de repasse na ordem de R\$ 500 milhões, considerando os valores já recebidos de R\$ 505 milhões em set/25.
- **Pronaf:** expectativa da disponibilização de R\$ 450 milhões, já solicitados à União pelo Banco do Brasil, para contratação de operações do Pronaf.
- **Fundo da Marinha Mercante (FMM):** projeção de R\$ 220 milhões para o ano de 2026, considerando como base os saldos dos últimos três anos e as respectivas taxas de crescimento.

De acordo com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026, está prevista a disponibilização de R\$ 2,8 bilhões¹ para os Fundos de Desenvolvimento Regional, a saber:

- **Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA):** previstos R\$ 1,2 bilhão para financiar a execução de projetos que atraiam investimentos para a Amazônia Legal.
- **Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE):** previstos R\$ 1,1 bilhão para financiar projetos de investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos na região Nordeste.
- **Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO):** previstos R\$ 590 milhões para financiar projetos de investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos na região Centro-Oeste.

Ressaltamos que as previsões tem origem na PLOA 2026 e são totais para os Fundos, ou seja, não é possível estimar a participação específica do Banco do Brasil nesse *share*.

Em relação ao Programa de Financiamento às Exportações – PROEX :

- Financiamento de operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações – **PROEX Financiamento:** expectativa de R\$ 2,2 bilhões, destinado a financiar exportações brasileiras com condições competitivas.
- Subvenção econômica em operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações – **PROEX Equalização:** expectativa de R\$ 1,38 bilhão, destinado a equalizar taxas de juros para exportações, tornando-as mais atrativas.

¹ De acordo com os dados constantes no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)



2.3. Aderência aos ODS e Iniciativas ASG

O Banco do Brasil e as Entidades do Conglomerado Prudencial atuam de forma alinhada à Agenda 2030 das Nações Unidas, incorporando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os princípios ambientais, sociais e de governança (ASG) à estratégia corporativa, à gestão de riscos e à execução de políticas públicas. Esse direcionamento pode ser evidenciado pela Agenda 30 BB – pelos Compromissos BB 2030 para um mundo mais sustentável e por meio do Plano de Sustentabilidade, que definem prioridades estratégicas, decisões de negócio e a avaliação de impactos econômicos, sociais, ambientais e climáticos, que conta com 100 ações, que podem contribuir simultaneamente para mais de um ODS, para o período de 2025 – 2027, que contemplam os ODS da figura ao lado:

As iniciativas implementadas pelo BB contribuem para o desenvolvimento sustentável do país, com foco na inclusão social e produtiva, na cidadania financeira, na redução das desigualdades regionais, no estímulo a práticas produtivas sustentáveis e no apoio à transição para uma economia de baixo carbono, em consonância com o interesse público e os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro.

Esse alinhamento é sustentado pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que orienta o comportamento e a atuação institucional, assegurando coerência entre o papel do Banco como agente executor de políticas públicas e a geração de valor de longo prazo.





2.3.1. Investimento Social Privado

A atuação do Banco do Brasil em Investimento Social Privado (ISP) é guiada a partir de estratégia corporativa previamente definida e do plano estratégico da Fundação Banco do Brasil (Fundação BB), cujo alcance das finalidades esteja em consonância com as expectativas dos públicos de relacionamento do BB e das comunidades envolvidas. O ISP é o repasse realizado com o objetivo de beneficiar a sociedade com atuação na responsabilidade social, ambiental e climática, a partir das definições estratégicas, alinhadas às leis e normas que disciplinam o assunto, e aos pactos e compromissos assumidos de modo a construir uma sociedade mais igualitária e justa.

Em 2025, repassamos R\$ 128,4 milhões que foram destinados a ações urbanas e rurais em linha com os seis programas estruturados da Fundação BB: (i) tecnologia social; (ii) meio ambiente e renda; (iii) educação para o futuro; (iv) saúde e bem-estar; (v) voluntariado; e (vi) ajuda humanitária, sendo a soma dos aportes Ordinários (R\$ 125 milhões) e Produtos e Serviços (R\$ 3,4 milhões).

2.3.2. Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I)

O Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) nas Estatais Federais é um acordo firmado em 2024 entre o governo federal (Ministério da Gestão e Inovação - MGI) e mais de 30 empresas públicas, que estabelece mecanismos de cooperação para aumentar a representatividade de gênero, raça e inclusão social no ambiente de trabalho. O Banco do Brasil (BB) é signatário desde o seu lançamento.

O referido Pacto faz parte de uma agenda de transformação do Estado, buscando que a gestão pública não apenas ofereça serviços, mas também atue com equidade em sua força de trabalho.

O BB estabeleceu compromissos estruturantes para ampliar a representatividade, com foco em ações que possam fortalecer as práticas dentro da empresa, dentre as quais destacamos:

Estabelecer metas de diversidade para as posições de liderança

Os indicadores de diversidade para posições liderança até 2030: sendo 50% de mulheres, 50% de pessoas pretas, pardas, indígenas e outras etnias sub-representadas e 30% de mulheres em funções STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Além de indicadores de liderança, o BB conta com um Programa de Remuneração Variável de Administradores (RVA), que é destinado exclusivamente aos membros da Diretoria Executiva, com periodicidade anual. Sua aplicação depende da ativação do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) dos funcionários, do alcance de lucro contábil e da observância dos riscos inerentes às atividades exercidas. Para assegurar alinhamento à Estratégia Corporativa BB, utilizamos indicadores que refletem o desempenho institucional, individual e das unidades sob responsabilidade dos administradores, incluindo experiência do cliente, finanças sustentáveis, práticas ASG, transformação digital e fortalecimento da cultura organizacional.

Plano de disseminação, envolvendo ações de comunicação e capacitação

O Banco do Brasil avançou na implementação de políticas de diversidade, equidade e inclusão, com destaque para a execução do Plano Estratégico de Sensibilização em Ações Afirmativas. A iniciativa integrou ações de comunicação, capacitação e sensibilização, alinhadas às diretrizes institucionais de promoção da equidade, respeito às individualidades e garantia de condições para o pleno desenvolvimento profissional. As ações foram estruturadas de forma segmentada, contemplando alta liderança, gestores, disseminadores, fóruns regionais e todo o corpo funcional, com conteúdos e formatos adequados aos diferentes níveis de influência. A estratégia adotou a transversalidade como premissa, fortalecendo a mudança cultural e o compromisso institucional com a agenda de Direitos Humanos e DE&I.



Implementação de políticas de diversidade, equidade e inclusão

O BB possui um Programa de DE&I, contendo todas as diretrizes que orientam a nossa atuação no tema e que, inclusive, permeiam todas as outras políticas específicas.

Criação e divulgação de canais de denúncias para quaisquer tipos de discriminação e assédio

O Banco lançou com ampla divulgação o Protocolo Antidiscriminação, estabelecendo diretrizes práticas para prevenir e combater qualquer forma de discriminação. O Protocolo Antidiscriminação do Banco do Brasil é um instrumento institucional criado para prevenir, acolher, orientar e tratar situações de discriminação envolvendo todos os públicos de relacionamento do Banco, incluindo funcionários, clientes, fornecedores e terceiros. O Protocolo estabelece diretrizes claras e fluxos padronizados de atuação para casos de discriminação, assegurando acolhimento às vítimas, estímulo à formalização de denúncias — identificadas ou anônimas — e gestão da consequência, em consonância com o Código de Ética, o Programa de Compliance e Integridade e a estratégia de Direitos Humanos e Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) do Banco do Brasil.

2.3.3. Moradia Popular

Atualmente, contamos com onze obras em andamento, totalizando 8.804 unidades habitacionais, todas enquadradas na Faixa 1 do PMCMV, destinada a famílias com renda mensal de até R\$ 2.850,00, evidenciando nosso foco na população de maior vulnerabilidade social.

2.3.4. Investimentos em Esporte e Cultura

Buscamos por meio da realização de patrocínios materializar os traços de personalidade da nossa marca e fortalecer a proximidade e relevância na vida das pessoas, em todos os momentos. Estamos presente no esporte por meio de patrocínios de modalidades, eventos ou atletas. Seja no Vôlei, Surfe, Skate, Corrida de Rua ou no eSports.

Fazendo da cultura algo essencial e parte do cotidiano das pessoas, conseguimos transformar o Brasil e os brasileiros. Prova disso são os mais de 3,7 milhões de visitantes em 2025 nos cinco Centros Culturais Banco do Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Salvador.

2.3.5. Produtos e Serviços com Atributos Sociais e Ambientais

Com vistas a cumprimento do seu objeto social, além de comprometer-se com a execução dos objetivos de políticas públicas, os produtos e serviços voltados a essa finalidade são desenvolvidos para entregar benefícios sociais ou ambientais aos seus clientes, evidenciando a responsabilidade com a geração de negócios sustentáveis.

Esses produtos e serviços com atributos sociais e/ou ambientais podem ser consultados na Seção 3.3 do Relatório Anual.



2.3.6. Estratégia Municípios Inteligentes

Em 2025 o BB continuou com a missão de conectar os municípios brasileiros com soluções inteligentes, contribuindo para o atendimento das necessidades em benefício de sua população, seja de forma direta ou por meio de parcerias. Para tanto, tem trabalhado com um conceito mais amplo para “cidades Inteligentes”, qual seja “municípios inteligentes, resilientes, transparentes, humanos e sustentáveis”, ampliando seu portfólio para atender a cada um desses princípios, com soluções digitizadas, sustentáveis e que favoreçam a sociedade.

2.3.7. Crédito aos Estados e Municípios

Em 2025, o BB consolidou seu posicionamento como principal provedor de soluções para o Setor Público. Foram contratadas 219 operações, sendo 21 com Estados e 198 com Municípios, totalizando R\$ 27,88 bilhões em negócios. A carteira atingiu R\$ 79,34 bilhões sendo que as externalidades positivas do ASG correspondem a 95,3% da carteira, totalizando R\$ 75,64 bilhões.

A maior parte dos valores financiados em 2025 (90,4%) conta com o aval da União, o que representa baixíssimo risco de capital para o banco, fortalecendo o compromisso com a responsabilidade financeira e a excelência na gestão de crédito para o setor público.

No final de 2025, o BB passou a contar com a linha de financiamento “BB FIs Automático”, desenvolvida em parceria com o BNDES para apoiar a aquisição de máquinas e equipamentos nas áreas de saúde e educação. A solução contribui para ampliar investimentos e modernizar a infraestrutura desses setores essenciais.

2.3.8. Arrecadação de Tributos e Rendas Federais

Os serviços relacionados à arrecadação de tributos e rendas federais, previstos na Lei nº 4.595/1964, art. 19, inciso I, alínea “a”, e Decreto nº 93.872/1986, art. 2º, são realizados pelo BB mediante instrumentos jurídicos firmados junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme previsto no § 2º, inciso I do Artigo 8º da Lei nº 13.303/2016.

Os saldos relativos às obrigações BB pela arrecadação de tributos são evidenciados em nossas Demonstrações Contábeis – Exercício de 2025, mais especificamente no Balanço Patrimonial – Outros Passivos, e na Nota Explicativa nº 20 – Outros Passivos Não Financeiros, grupamento “Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados”.

Adicionalmente, as rendas de arrecadação de tributos federais fazem parte das mesmas Demonstrações Contábeis mencionadas, evidenciadas de forma mais específica na Demonstração do Resultado – Receitas de Prestação de Serviços, e na nota explicativa nº 24, em grupamento denominado “Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais”.

No ano de 2025, a arrecadação de tributos e rendas federais, por meio do BB, foi no montante de R\$ 703 bilhões.

Informações sobre Arrecadação de tributos e rendas federais podem ser encontradas nas Demonstrações Contábeis – Exercício 2025 (disponíveis em bb.com.br/ri > Informações Financeiras > Central de Resultados).



2.3.9. Atividades Diversas Relacionadas à Administração e Execução Financeira da União

Enquanto agente financeiro do Tesouro Nacional, definido pela Lei nº 4.595/1964, art. 19, inciso I, alínea “b”; Decreto nº 93.872/1986: art. 2º, §3º; art. 3º, parágrafo único; art. 4º; art. 103, e pactuado por meio instrumento jurídico firmado junto à Secretaria do Tesouro Nacional na forma do Art. 8º da Lei nº 13.303/2016, executamos serviços relacionados à transferência e distribuição de recursos da União.

Os saldos referentes a pagamentos e suprimentos associados à execução do Orçamento Geral da União e de leis complementares, repasses de recursos federais e Ordens Bancárias do Tesouro são evidenciados em nossas Demonstrações Contábeis – Exercício 2025, mais especificamente no grupamento "Vinculados", da nota explicativa nº 17 – Recursos de Clientes.

No ano de 2025, tramitou do Tesouro para os estados e municípios, por meio do BB, o montante total de R\$ 1,69 trilhão.

Embora não haja cobrança de tarifas para a prestação dos referidos serviços, auferimos ganhos indiretos por meio da rentabilização dos recursos mantidos no Banco até o seu repasse para os entes favorecidos, em razão do "float" de um dia negociado com os órgãos repassadores. Importante destacar que os ganhos obtidos pelo Banco em razão desse "float" bancário não decorrem de remuneração direta do ente público, mas sim da sua rentabilização na atividade bancária, o que atende aos preceitos esposados na Lei das Estatais.

2.3.10. Crédito aos atores da Sociobioeconomia

Em 2024 e 2025, o Banco do Brasil avançou na consolidação de seu modelo de promoção da sociobioeconomia, com a implementação e a expansão dos Hubs Financeiros especializados em Bioeconomia, inicialmente instalados nas cidades de Belém-PA e Manaus-AM e, posteriormente, com a expansão para o Nordeste em Ilhéus-BA e no Centro-Oeste em Cuiabá-MT. A estratégia pressupõe modelo de atendimento “figital” combinando presença territorial, equipes técnicas capacitadas e soluções digitais, com o objetivo de ampliar o acesso a serviços financeiros e qualificar o relacionamento com agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e demais empreendedores da sociobioeconomia, impactando mais de 100 mil pessoas e impulsionando o crescimento da carteira de sociobioeconomia para R\$ 3 bilhões.

O BB propõe com este modelo, centralizar projetos estratégicos de bioeconomia do Conglomerado BB e integrar ações de orientação, capacitação e atendimento financeiro, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos biomas, sobretudo na Amazônia Legal, bem como em outros territórios como Cerrado e Mata Atlântica. Em 2025, a estratégia incorporou novas cadeias produtivas, como cacau, algodão orgânico/colorido, caju, mel e produtos florestais não madeireiros, ampliando o alcance das iniciativas.

O foco central da estratégia continua sendo preparar e habilitar os atores da sociobioeconomia para o acesso ao crédito, fortalecendo as cadeias produtivas, promovendo geração de renda, estímulo a novos arranjos produtivos e apoio à restauração e ao uso sustentável da sociobiodiversidade.



2.3.11. Contribuições diretas do Conglomerado Prudencial

No tocante às Entidades Ligadas que compõem esta Carta, destacamos as seguintes ações e práticas ASG/ conectadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

Os recursos da BB Asset a serem empregados para a execução das atividades alinhadas às políticas públicas são originados integralmente pelo resultado operacional da empresa, constituído majoritariamente por receita de prestação de serviços e tarifas. Os resultados são distribuídos, na forma de dividendos, ao Controlador (BB).

Na condução de seus negócios, a BB Asset gere e administra 29 fundos classificados como investimento de investimento sustentável (IS) e 11 fundos classificados como integrados, conforme o disposto na Instrução Normativa Resolução CVM nº 175, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Os fundos classificados como ASG totalizaram R\$ 15,34 bilhões em Patrimônio Líquido, sendo R\$ 13,47 bilhões alocados em estratégias de fundos IS e R\$ 1,86 bilhões em fundos que integram questões ASG (Posição dez/2025). Compondo também o saldo da Agenda 30 BB, em 2024 a BB Asset firmou parceria estratégica criando a Régia Capital, gestora 100% dedicada ao investimento sustentável. O saldo relativo à participação da BB Asset na Régia Capital, ao final do 4º trimestre de 2025, foi de R\$ 2,2 bilhões.

A BB Asset possui metodologia proprietária (Rating ASG), para avaliar os aspectos ambientais, sociais e de governança de 100% dos seus ativos elegíveis. Para fundos com objetivos sustentáveis (IS), o Rating ASG é utilizado como fator fundamental no processo decisório de alocação. Desta forma, fatores ASG específicos são utilizados para cada estratégia de investimento dos fundos sustentáveis, que constam no Formulário de Metodologia ASG de cada veículo de investimento, bem como dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a eles vinculados.



Dentre os 17 ODS da ONU, 14 deles são endereçados em 29 fundos IS geridos pela BB Asset, com destaque para os ODS 8–Trabalho decente e crescimento econômico, ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura e ODS 6 – Água potável e saneamento, que possuem 14, 11 e 10 fundos vinculados, respectivamente.

Adicionalmente aos fundos com estratégia de investimento ASG listados acima, a BB Asset transfere 50% da taxa de administração do Fundo BB Renda Fixa Referenciado DI 50 FIC FI, 20% da taxa de administração do Fundo BB Ações Sustentabilidade IS, 10% da taxa de administração dos Fundos BB Multimercado Balanceado e BB Multimercado Balanceado Longo Prazo Private e 10% da taxa de administração do Fundo BB Ações Diversidade IS FIC FIA para a Fundação Banco do Brasil, onde são aplicados em projetos que visam contribuir com a transformação social e o desenvolvimento sustentável do país.

A BB Asset tem por prática engajar as empresas investidas, por ter convicção de que estar próxima a estas é essencial para uma gestão de recursos eficaz. Alinhada aos ODS 13 Ação pelo clima e ODS 15 – Vida sobre a Terra, a BB Asset participa ativamente das iniciativas de engajamento coletivo, *Climate Action 100+* e *Spring*, respectivamente. Em 2025, realizamos engajamentos em diversas pautas que permeiam diferentes temas e ODS, como: Mudanças Climáticas (ODS 13 Ação pelo clima), Biodiversidade (ODS 15 – Vida sobre a Terra) e Diversidade (ODS 5 – Igualdade de gênero, ODS 8 Trabalho decente e crescimento econômico e ODS 10 Redução das desigualdades). Para conhecer mais sobre o processo de engajamento da BB Asset, acesse o Relatório Anual de *Stewardship* disponível no [website](#) da Gestora.



Em linha com o ODS 17 – Parcerias e meios de implementação, a BB Asset patrocinou, ao lado da Régia Capital, o PRI *in Person*, maior conferência global dedicada ao investimento responsável. O evento organizado pela iniciativa *Principles for Responsible Investment* (PRI), apoiada pela ONU, ocorreu em novembro de 2025, em São Paulo. No PRI *in Person* 2025, a BB Asset promoveu uma série de painéis (*side events*) estratégicos reunindo especialistas nacionais e internacionais para debater diversos temas centrais da agenda sustentável como: Soluções baseadas na natureza, Eco Invest, Investimentos Sustentáveis, Minerais Críticos, Mercado de Carbono e Resiliência Climática.

Desde 2023, a BB Asset estruturou um Fórum de Diversidade, Equidade e Inclusão com o objetivo de endereçar temas relacionados às dimensões étnico-racial, de gênero, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e etarismo. A iniciativa ratifica o protagonismo da BB Asset na agenda de sustentabilidade e está alinhada aos ODS 5, 8 e 10, bem como aos Princípios de Empoderamento Feminino (WEP) da ONU Mulheres.

O pilar ASG é tratado como prioridade estratégica pela BB Asset, orientando decisões relevantes e a alocação de recursos ao longo do tempo. Ao adotar critérios ambientais, sociais e de governança como direcionadores, a Gestora estabelece de forma clara os objetivos e resultados a serem alcançados, assegurando alinhamento entre propósito, estratégia e execução. Dessa forma, o ASG se consolida como elemento material dos direcionadores estratégicos da BB Asset, contribuindo para a geração de valor e a perenidade do negócio.

Apoio à Cultura, Esporte e Programas Sociais

BB Asset fomenta a arte no Brasil por meio da Lei de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet, patrocinando projetos aprovados nos editais dos Centros Culturais Banco do Brasil (CCBB) e apoiando os Festivais de Cinema que tenham comprovada relevância no circuito brasileiro.

Em 2025, no esporte, a BB Asset promoveu eventos de surfe em parceria com a World Surf League (WSL) e manteve, até abril, período de vencimento contratual, o patrocínio às atletas Tatiana Weston-Webb, Silvana Lima e Juliana dos Santos. O apoio ao esporte reforça o posicionamento da marca, fundamentado na convicção de que a prática esportiva educa, inspira, promove a união e potencializa conquistas. Essa iniciativa integra a estratégia de rejuvenescimento da marca, ao associar a BB Asset a ações que estimulam qualidade de vida, sustentabilidade e preservação ambiental.

No mesmo exercício, foi transferido à Fundação Banco do Brasil o montante de R\$ 1,86 milhão, proveniente tanto da doação de parte das receitas da Administração e Gestão de Fundos de Investimento e do apoio ao Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social.

Complementarmente, houve o apoio a cinco projetos sociais amparados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) e pelo Fundo do Idoso (FI), aprovados e credenciados no certame do Projeto Mãos Dadas – Doações Incentivadas 2025, indicados pela Unidade ASG/BB, que somaram o valor total de R\$ 3,42 milhões.



A **Ativos** norteia suas práticas de cobrança pelo respeito aos direitos dos cidadãos, orientando as equipes de recuperação de crédito a atuarem nos estritos termos do Código de Defesa do Consumidor e das demais legislações aplicáveis.

No desenvolvimento dos negócios, a Companhia gera resultados que atendem às expectativas dos acionistas quanto à remuneração do capital e contribui para a cidadania financeira das pessoas. Ao renegociar dívidas e facilitar a regularização das obrigações, viabiliza a reinserção de clientes no mercado de crédito.

Em parceria com empresas especializadas em cobrança e com observância de boas práticas de responsabilidade social, a Companhia disponibiliza múltiplos canais de atendimento e soluções estruturadas de negociação, com condições definidas com base em critérios técnicos e políticas internas, considerando a capacidade de pagamento dos clientes, incluindo taxas, prazos, parcelamentos e descontos, de modo a promover a adequada regularização das obrigações.

A **Ativos** mantém atenção permanente ao risco de reputação, inclusive em relação aos cedentes de créditos, com setores específicos para a gestão do relacionamento com instituições cedentes e clientes. O indicador externo de qualidade de atendimento registrou índice de solução de 81,4%, com elevação de 8,7% em comparação a 2024. Nas interações em redes sociais e sites externos, foram adotadas ações específicas de solução das demandas, com foco na satisfação do cliente, e realizados investimentos em novos sistemas para aprimorar a gestão desses atendimentos e elevar a qualidade do serviço prestado. Nos canais de atendimento, reforçou o nível da segurança digital com investimentos em cybersegurança e proteção de dados pessoais.

A Companhia manteve-se atuante na capacitação do corpo funcional, promovendo o alinhamento das competências gerenciais e técnicas às melhores práticas de gestão e à evolução tecnológica, com ênfase na ampliação do uso de modelos analíticos e de inteligência artificial, de modo a aprofundar a especialização já consolidada na gestão e recuperação de créditos inadimplentes.

A **Ativos** fortalece seu compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade social, ambiental e climática.

No âmbito social, com o Indicador de Negócios Sociais, integrante da Estratégia Corporativa, a Companhia mede o impacto positivo decorrente do encerramento de dívidas e a consequente reinserção do cliente no mercado de crédito, tendo alcançado 1.589 mil dívidas liquidadas em 2025.

Quanto aos investimentos sociais via incentivos fiscais, foram destinados R\$ 1.311 mil ao apoio de 21 projetos vinculados ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), ao Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa (FDI) e ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC).

No eixo ambiental e climático, a **Ativos** compensou as emissões de GEE (Escopos 1 e 2) apuradas no exercício anterior, por meio da aquisição de créditos de carbono. A iniciativa integra um processo estruturado de monitoramento e compensação, adotado desde 2024, com perspectiva de aplicação recorrente. Em 2025, a Companhia recebeu o Selo Carbon Free Brasil, que certifica a neutralização de emissões com base em mensuração técnica e auditável e em projetos reconhecidos internacionalmente, em alinhamento às diretrizes do Banco do Brasil e às melhores práticas de governança socioambiental (ASG).



BB INVESTIMENTOS

Em 2025, o BB-BI estruturou e intensificou sua agenda ASG, consolidando o tema como um dos pilares de sua atuação. Nesse contexto, instituiu o Fórum ASG BB-BI, criado para integrar de forma sistemática os princípios ambientais, sociais e de governança às estratégias e operações da instituição.

Como resultado direto das atividades promovidas pelo Fórum, o BB-BI aprovou, em 2025, um novo indicador de capacitação, cujo objetivo é garantir que a partir de 2026 ao menos 90% dos colaboradores realizem, no mínimo, 30% das horas de treinamento anual em cursos das trilhas de capacitação específicas sobre o tema ASG.

Paralelamente, o BB-BI avançou no fortalecimento da agenda de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I). Em novembro de 2025, foi promovido um evento de sensibilização sobre o tema, com participação de palestrante externo e adesão de 43 colaboradores, o equivalente a 77% do quadro funcional. A iniciativa reforçou o compromisso com a construção de um ambiente de trabalho plural e inclusivo, em alinhamento com as diretrizes corporativas.

Ainda no âmbito de DE&I, o BB-BI realizou, pela primeira vez, um processo de identificação de profissionais para composição de Banco de Talentos para a função de Assessor. O processo foi aberto a todos os funcionários do controlador e contemplou marcadores de ações afirmativas, adotando os mesmos percentuais utilizados pelo Banco do Brasil SA (BB), a saber: 35% para público geral; 30% para gênero; 30% para raça e etnia; e 5% para pessoas com deficiência. A iniciativa mobilizou mais de 1.000 inscrições e resultou na aprovação de 10 profissionais para compor o Banco de Talentos, com validade de dois anos.

Outro tema de destaque conduzido pelo Fórum ASG BB-BI foi o Investimento Social Privado (ISP). Em 2025, a companhia destinou R\$ 100.000,00 em doações para projetos selecionados pela Unidade ASG do Controlador, no âmbito do Projeto Mãos Dadas, fortalecendo assim sua contribuição para o desenvolvimento social e comunitário.

Por fim, vale ressaltar que o BB-BI, visando dar mais transparência com relação ao tema Ambiental, Social e Governança Corporativa (ASG, ESG do inglês) em suas atividades de *research*, desde 2020, passou a incorporar formalmente e a oferecer aos clientes relatórios que contemplam a análise de empresas alinhadas com os melhores preceitos de sustentabilidade empresarial, denominado Seleção BB ESG.



A BB Cartões estrutura suas contribuições ASG/ODS ao promover bem-estar do trabalhador por meio da administração de vales-benefício aderentes ao PAT, com pontos de aceitação amplamente distribuídos. Essa dinâmica favorece ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) ao ampliar o acesso a alimentação adequada e estimular hábitos nutricionais mais saudáveis no ambiente laboral; e ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) ao dinamizar a atividade de estabelecimentos formais de alimentação e serviços em milhares de municípios.

Em governança, a BB Cartões está inserida no SCI, no gerenciamento de riscos e no MRLD do Banco do Brasil, e observa o arcabouço da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016 aplicável ao Conglomerado, reforçando ética, transparência e *accountability* e contribuindo para ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). A adoção de controles integrados e auditorias (interna e independente) mantém elevada conformidade regulatória e consistência informacional para reporte de desempenho e impactos.

Finalmente, ao distribuir 100% do lucro líquido disponível ao acionista, após a reserva legal – política praticada em exercícios recentes – a Companhia reforça a sustentabilidade econômico-financeira do Conglomerado e viabiliza a realocação de resultados para iniciativas estratégicas e socioambientais do Banco do Brasil, ampliando o efeito multiplicador das entregas públicas do grupo.



A **BB Consórcios** pauta sua atuação por princípios de responsabilidade socioambiental e governança, incorporando compromissos ASG ao modelo de negócio e à geração de valor público. No eixo social, em 2025, a Companhia destinou R\$ 1,70 milhão em doações incentivadas ao Fundo da Pessoa Idosa (FPI) e ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), fortalecendo redes socioassistenciais e a proteção de públicos vulneráveis. Em desenvolvimento regional, integrou ações em exposições e feiras agropecuárias, dinamizando cadeias do agro e da agricultura familiar, difundindo práticas produtivas responsáveis, inovação e geração de renda.

No pilar ambiental, a Companhia prosseguiu com os Grupos Verdes de Consórcio, em parceria com a Fundação BB, fomentando a aquisição de bens e serviços com benefícios ambientais e apoiando a restauração florestal em áreas indígenas. Somadas aos ciclos anteriores, as iniciativas viabilizaram o plantio de mais de 530 mil árvores, beneficiaram mais de 1 milhão de pessoas e contribuíram para neutralizar mais de 76,4 mil toneladas de dióxido de carbono, em consonância com a Agenda 30 BB. A agenda ambiental também se expressou na economia circular, com apoio ao reaproveitamento de malotes usados do Conglomerado para produção de brindes sustentáveis por ONG que capacita e gera renda para mulheres em vulnerabilidade, inclusive na Amazônia, evitando descartes, valorizando ofícios locais e apoiando empreendedorismo feminino.



Na dimensão de diversidade, cultura e inclusão produtiva, a Companhia patrocinou o Festival da Cultura Afro de Curitiba (PR), voltado à valorização da cultura afro-brasileira, ao Black Money e ao fortalecimento de economias criativas, por meio de apresentações e feira de artesanato de matrizes africanas. Em sinergia com o acesso à cultura e à educação, o patrocínio à exposição “Mauricio de Sousa: uma experiência imersiva” no CCBB Rio promoveu aprendizagem lúdica, acessibilidade cultural e participação cidadã.

A Companhia apoiou iniciativas que promovem saúde, inclusão e desenvolvimento de talentos, como o Vôlei de Praia (qualidade de vida e alto rendimento) e o *e-Sport* (conexão com novas gerações, inovação, tecnologia e oportunidades na economia digital), avançou em iniciativas de educação, juventude e desenvolvimento de capacidades, incluindo ações de educação financeira para jovens, programa de estágio com ações afirmativas e capacitações voltadas à inovação – ampliando oportunidades de formação e inserção produtiva e estimulando o desenvolvimento econômico sustentável.

Adicionalmente, o patrocínio ao Congresso IBGC – Capítulo Brasília reforçou o compromisso com governança corporativa e cultura de integridade, fomentando a troca de boas práticas com lideranças, conselheiros e reguladores.

De forma transversal, essas iniciativas foram conduzidas em consonância com mecanismos de governança, gestão de riscos, conformidade e integridade, reforçando o compromisso da Companhia com a geração de valor sustentável e com o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em conjunto, essas práticas impulsionaram os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15 e 16, ao ampliar proteção social, educação, cultura, inovação, emprego, empreendedorismo inclusivo, conservação ambiental e integridade institucional.



3. Governança Corporativa

Como empresa de capital aberto e que atua no sistema bancário, estamos subordinados à regulamentação da CVM e do CMN, entre outras que versam sobre vários aspectos de governança corporativa. Somos o único Banco brasileiro listado no Novo Mercado da Brasil, Bolsa, Balcão (B3), que é o segmento que reúne somente empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira.

Além disso, nossa Governança é orientada pelas atas das Assembleias Gerais, pelo nosso Estatuto Social, pelos Regimentos Internos dos Órgãos de Governança e dos Comitês de Assessoramento ao CA, pelas Políticas Gerais e Específicas e pelas Instruções Normativas Corporativas.

As participações do Banco em outras empresas ocorrem nos termos do seu Estatuto Social e as principais estão descritas no site de Relações com Investidores (RI) e podem ser verificadas [aqui](#), na opção Conglomerado. As informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado BB e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6 das Demonstrações Contábeis, disponíveis, também, no site de RI.





3.1. Informações societárias e governança corporativa

Contamos com uma base de 1,6 milhão de acionistas, sendo 99,1% de pessoas físicas locais. Ao final de dezembro, 34% das nossas ações em *free float* estavam em poder de destes clientes, 19% em poder de investidores PJ locais e 47% em poder de investidores residentes no exterior.

Nossa estrutura de governança conta com Conselho de Administração (CA) e Diretoria Executiva (Direx). A Direx é composta por Presidente(a), até 9 Vice-Presidentes(as) e 27 Diretores(as), sendo esses últimos cargos privativos de empregados da ativa (Estatuto Social, art. 24).

O CA é o órgão colegiado de administração que fixa a orientação geral dos negócios do Banco do Brasil e de suas subsidiárias e controladas. O CA reúne, portanto, atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas. O Conselho é composto, em sua maioria, por membros externos. Dos oito Conselheiros(as) apenas dois, o(a) Presidente(a) do BB e o(a) Conselheiro(a) representante dos funcionários, não são externos.

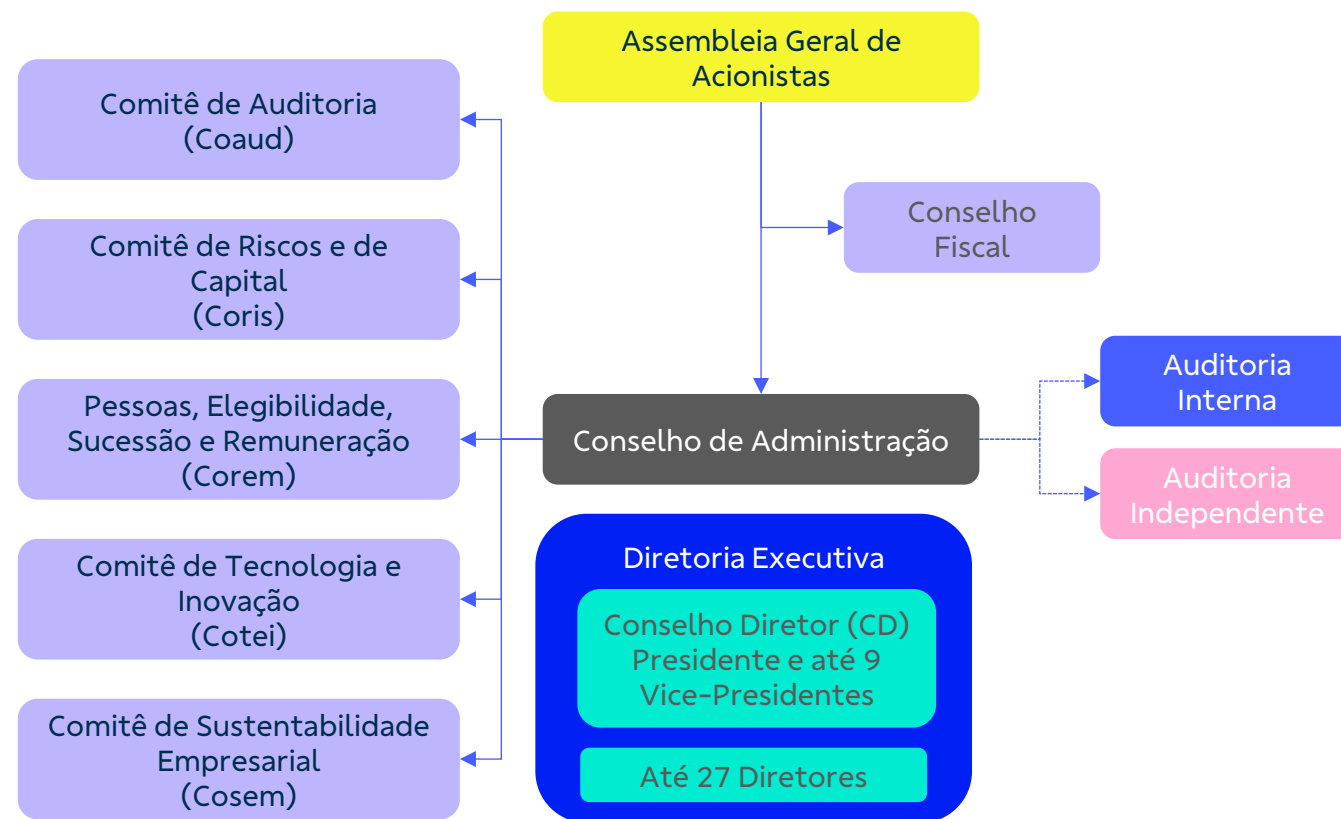
Nossa Composição Acionária¹, no 4T2025, estava assim distribuída:



O CA é o órgão colegiado de administração que fixa a orientação geral dos negócios do Banco do Brasil e de suas subsidiárias e controladas. O CA reúne, portanto, atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas. O Conselho é composto, em sua maioria, por membros externos. Dos oitos Conselheiros(as) apenas dois, o(a) Presidente(a) do BB e o(a) Conselheiro(a) representante dos funcionários, não são externos.

O Conselho Diretor (CD), formado pelo(a) Presidente(a) e pelos(as) Vice-presidentes(as), é responsável por propor e fazer executar as Políticas, a Estratégia Corporativa, o Plano de Investimentos, o Plano Diretor e o Orçamento Geral do Banco; aprovar e fazer executar o Acordo de Trabalho; decidir sobre a organização interna e estrutura administrativa e distribuir e aplicar os lucros apurados na forma deliberada pela Assembleia Geral ou pelo CA, entre outras atribuições.

Estrutura de Governança do BB





Integram a estrutura de governança do Banco do Brasil os seguintes órgãos estatutários:

- i. **Comitê de Auditoria (Coaud):** tem a atribuição de assessorar o Conselho de Administração (CA) no que concerne ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e manifestar-se, dentre outros, sobre a qualidade das demonstrações contábeis, a efetividade do sistema de controles internos e a efetividade das auditorias interna e independente;
- i. **Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Corem):** tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento das Políticas de Gestão de Pessoas, de Remuneração de Administradores e de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco do Brasil;
- ii. **Comitê de Riscos e de Capital (Coris):** tem a atribuição de assessorar o CA no que concerne ao exercício das suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial BB;
- iv. **Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei):** tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração em temas relacionados a tendências tecnológicas, segurança da informação, segurança cibernética e inteligência artificial, bem como novos modelos de negócios, projetos ou iniciativas de inovação para fazer frente a essas tendências e seus efeitos sobre o Banco do Brasil;
- v. **Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem):** tem a atribuição de assessorar o CA em temas relacionados à sustentabilidade e à responsabilidade social, ambiental e climática do Banco do Brasil, devendo atuar em conformidade com a legislação aplicável, as boas práticas de governança e os compromissos assumidos voluntariamente pelo Banco. Atua, ainda, como Comitê de responsabilidade social, ambiental e climática do Conglomerado Prudencial BB; e
- iv. **O Conselho Fiscal (CF):** o órgão fiscalizador permanente dos atos de gestão administrativa, com o objetivo de proteger os nossos interesses e os dos acionistas, satisfeitas as exigências do bem público e da função social da Companhia.



Como áreas de apoio à governança, o Banco ainda conta com Auditoria interna e externa.

A Auditoria Interna (Audit) é vinculada ao CA. Cabe a ela aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo das demonstrações financeiras.

À Auditoria Independente, representada por empresa contratada pelo Banco do Brasil, cabe auditar e expressar sua opinião sobre as demonstrações contábeis, inclusive quanto à adequação às normas contábeis emanadas do CMN e do Bacen; avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, evidenciando as deficiências eventualmente identificadas; descrever descumprimento de dispositivos legais e regulamentares que tenham, ou possam vir a ter, reflexos relevantes nas demonstrações contábeis ou nas operações da entidade auditada.



3.1.1. Informações societárias e governança corporativa do Conglomerado BB

No contexto da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016), as subsidiárias compõem, em conjunto com o BB, um Conglomerado Estatal.

O Conglomerado Banco do Brasil é composto por entidades que, conforme a natureza de seu relacionamento com o BB, são classificadas em subsidiárias (ou “controladas”), coligadas, simples participações, administrada, patrocinadas e fundações.

O BB possui empresas com diferentes portes e segmentações, de acordo com o tipo de participação que o Banco possui em cada entidade, que pode ser de simples participações, quando o BB detém uma quantidade inexpressiva de capital social; até o controle, quando ele detém mais de 50% do capital social e poder de influenciar as decisões da companhia, por meio de mecanismos de governança corporativa. Para todas, em respeito à sua autonomia, há o princípio da independência dos membros indicados, respeito às suas personalidades jurídicas e deliberações no Controlador, com caráter de assessoramento/orientação.

Nesta Carta apresentamos informações de algumas das ELBBs¹ do Conglomerado Prudencial BB (sediadas no Brasil) que aderiram ao Modelo Unificado de Carta Anual do Banco, na qualidade de Controladas.

¹ Entidades Ligadas ao Banco do Brasil.



3.1.1.1 BB Asset

A BB Asset é pessoa jurídica de direito privado, subsidiária integral (100%) do Banco do Brasil S.A., e está sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, sendo regida por este Estatuto, pelas Leis nº 4.595/1964, nº 6.404/1976, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, e demais normas aplicáveis.

O capital social é de R\$ 1.191.206.822,98 (um bilhão, cento e noventa e um milhões, duzentos e seis mil, oitocentos e vinte e dois reais e noventa e oito centavos), dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas.

A BB Asset adota as melhores práticas de governança, possuindo um código de governança corporativa disponível em seu site (<https://www.bbasset.com.br/a-bb-asset/governanca-corporativa/>). Possui Conselho de Administração próprio, com participação de membros independentes e representante dos empregados, e sua Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e três Diretores Executivos, todos estatutários. Possui, ainda, Conselho Fiscal para assegurar a fiscalização dos atos de gestão.



Estrutura de Governança da BB Asset



A BB Asset conta estrutura de Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Elegibilidade para as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil e Comitê de Riscos e Capital do Conglomerado BB, conforme facultado nas Resoluções CMN n.º 4.910/2021, CMN n.º 3.921/2010, e CMN n.º 4.557/2017, respectivamente.

Adota um modelo de administração baseado na decisão colegiada em todos os níveis, tendo estruturados comitês internos com instâncias deliberativas. A decisão colegiada, além de minimizar os riscos, possibilita a integração de diversas visões e análises sobre os temas, o que agrega valor e qualidade à decisão, promovendo o compartilhamento de conhecimentos e responsabilidades.

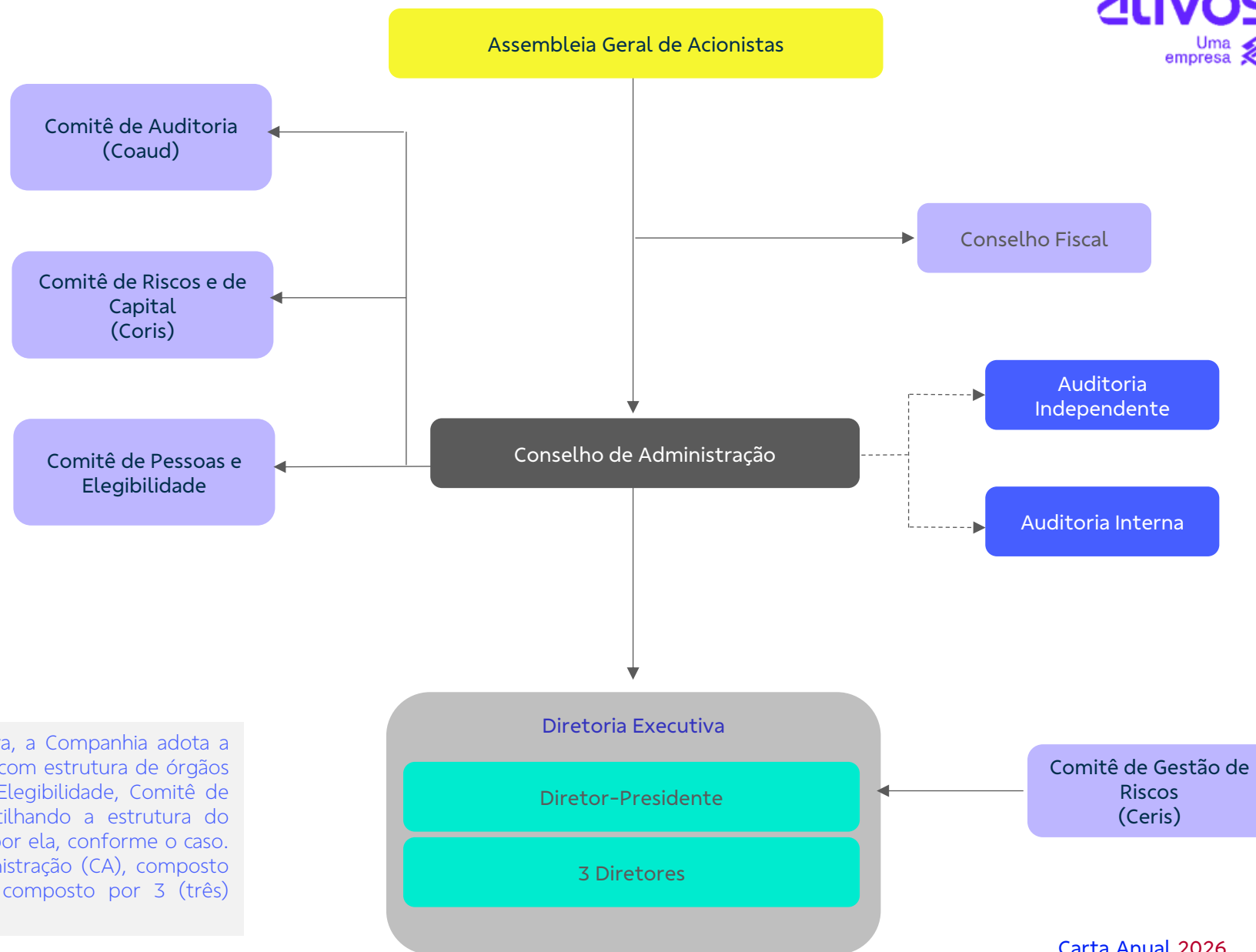
3.1.1.2 Ativos

A Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros foi fundada em 2002 com base na Resolução CMN nº 2.686/2000 e é uma subsidiária integral e indireta do Banco Brasil e seu capital social é formado pelo BB Banco de Investimento S.A. (BB-BI), com 49% das ações ordinárias e 100% das ações Preferenciais, e pelo BB Cayman Islands Holding (BB CI), com 51% das ações ordinárias.

Possuímos área dedicada às atividades de Governança Corporativa, a Secretaria Executiva e Governança, que presta apoio administrativo às reuniões da Assembleia Geral dos Acionistas, dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva e da subsidiária.

Como melhores práticas de governança corporativa, a Companhia adota a sistemática de decisões colegiadas, além de contar com estrutura de órgãos como Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas e Elegibilidade, Comitê de Riscos e de Capital e Auditoria Interna, compartilhando a estrutura do Controlador (Banco do Brasil) ou sendo abrangida por ela, conforme o caso. A Companhia conta ainda com Conselho de Administração (CA), composto por 7 (sete) membros; e Conselho Fiscal (CF), composto por 3 (três) membros.

Estrutura de Governança da Ativos

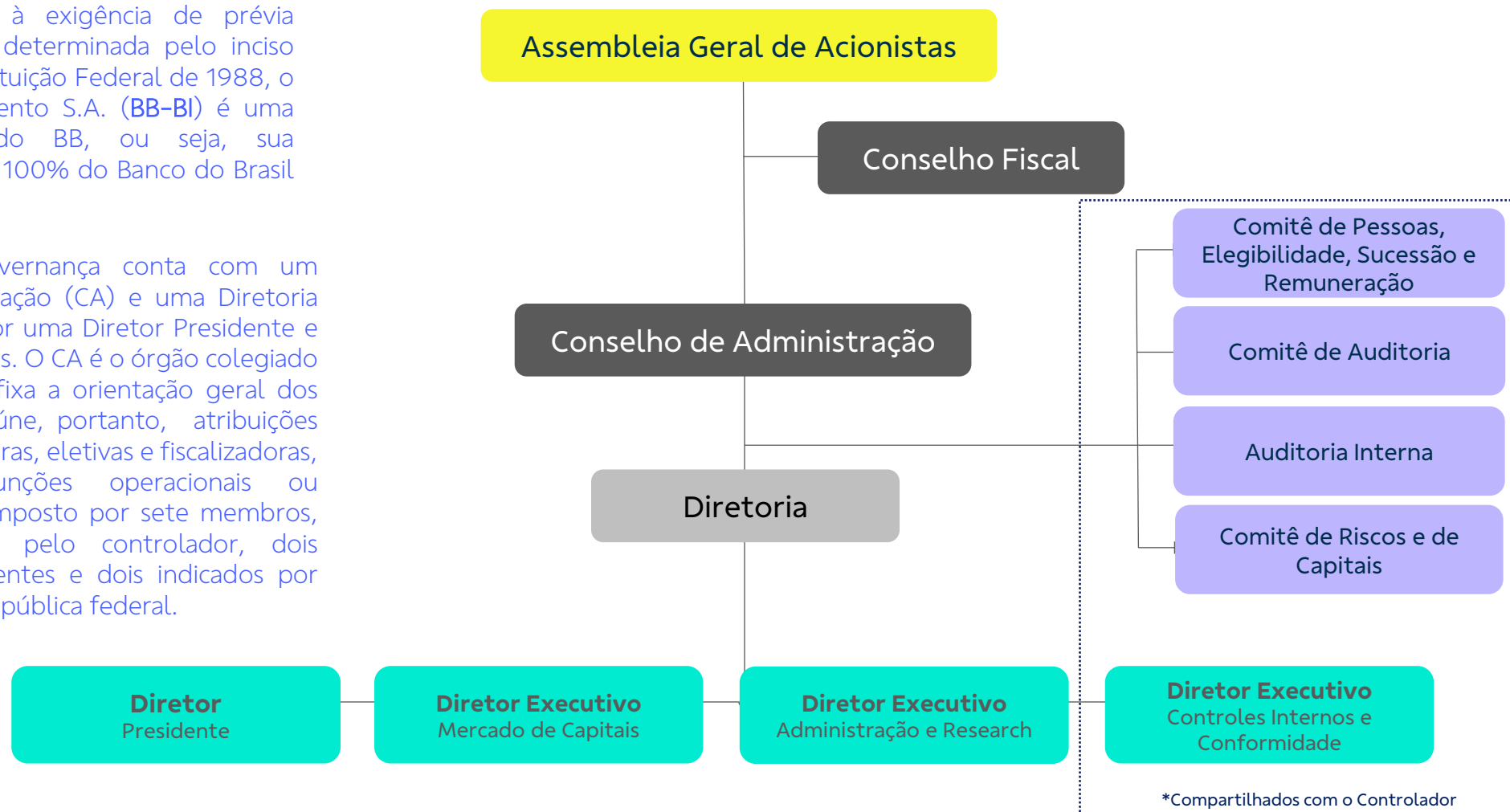


3.1.1.3 BB-BI

Criado anteriormente à exigência de prévia autorização legislativa determinada pelo inciso XX do art. 37 da Constituição Federal de 1988, o BB Banco de Investimento S.A. (BB-BI) é uma subsidiária integral do BB, ou seja, sua composição acionária é 100% do Banco do Brasil S.A.

Sua estrutura de governança conta com um Conselho de Administração (CA) e uma Diretoria Executiva, composta por uma Diretor Presidente e três Diretores Executivos. O CA é o órgão colegiado de administração que fixa a orientação geral dos negócios do BB-BI, reúne, portanto, atribuições estratégicas e orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas. O CA é composto por sete membros, sendo três indicados pelo controlador, dois conselheiros independentes e dois indicados por órgão da administração pública federal.

Estrutura de Governança do BB-BI





O Conselho Fiscal (“CF”) é o órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos na Lei nº 6.404/1976, Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas e regulamentos aplicáveis e no seu Regimento Interno, funciona de modo permanente e é constituído por três membros, sendo dois indicados pelo controlador e um indicado por órgão da administração pública federal.

O BB-BI compartilha com o seu Controlador da estrutura e atividades da Auditoria Interna a quem cabe aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal, de recursos externos e outros de cunho administrativo e operacional. À Auditoria Independente cabe auditar e expressar sua opinião sobre as demonstrações contábeis, inclusive quanto à adequação às normas contábeis emanadas do CMN e do Bacen.

O BB-BI também compartilha com o Controlador das estruturas do Comitê de Auditoria (Coaud) e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Corem) e é abrangido pelo Comitê de Riscos e Capital (Coris) do BB, conforme disposto no inciso I, do § 4º, do art. 9º, da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 4.910/2021, § 2º, do art. 2º, da Resolução CMN 4.557/2017 e art. 12, da Resolução do Banco Central do Brasil (“Bacen”) 3.921/2010, respectivamente, bem como se mantém aderente, por decisão do seu CA, a todo o sistema normativo, códigos, diretrizes e políticas corporativas (gerais e específicas) do BB.

A Companhia possui ainda acordo com o BB para a execução das atividades de Ouvidoria e Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo. O serviço SAC BB abrange também o BB-BI.

Em consonância com o Plano de Ação 2025–2029 – que estabeleceu, entre suas iniciativas estratégicas, uma ação específica voltada ao impulsionamento ASG –, aprovado pela Diretoria Executiva em dezembro de 2024, o BB-BI instituiu o “Fórum ASG BB-BI”. A criação do Fórum decorre dessa ação prevista no Plano e representa um passo estruturante para fortalecer a atuação da companhia à luz das melhores práticas ambientais, sociais e de governança.

O Fórum tem como missão assegurar o alinhamento às diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC) do Conglomerado BB, além de propor e monitorar a evolução dos indicadores ASG e fomentar uma cultura organizacional orientada pela responsabilidade e pela sustentabilidade.

Em 2025 o BB-BI também instituiu o “Fórum Audit BB-BI”, um espaço colaborativo que visa promover o compartilhamento de boas práticas e aprendizados sobre o tema; debates sobre os trabalhos de auditoria em execução; definição de estratégias para atendimento e acompanhamento das ações; e fortalecimento da governança e da interlocução com a área de auditoria.

É uma subsidiária integral do BB, com natureza de Sociedade Anônima Fechada, cuja composição acionária é 100% do Banco do Brasil S.A.

3.1.1.4 BB Consórcios

A BB Consórcios foi criada sob a vigência da Lei nº 10.738/2003, que autorizou especificamente a criação de subsidiárias integrais do Banco do Brasil S.A., incluindo uma administradora de consórcios. A Companhia é uma subsidiária integral do BB, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado.

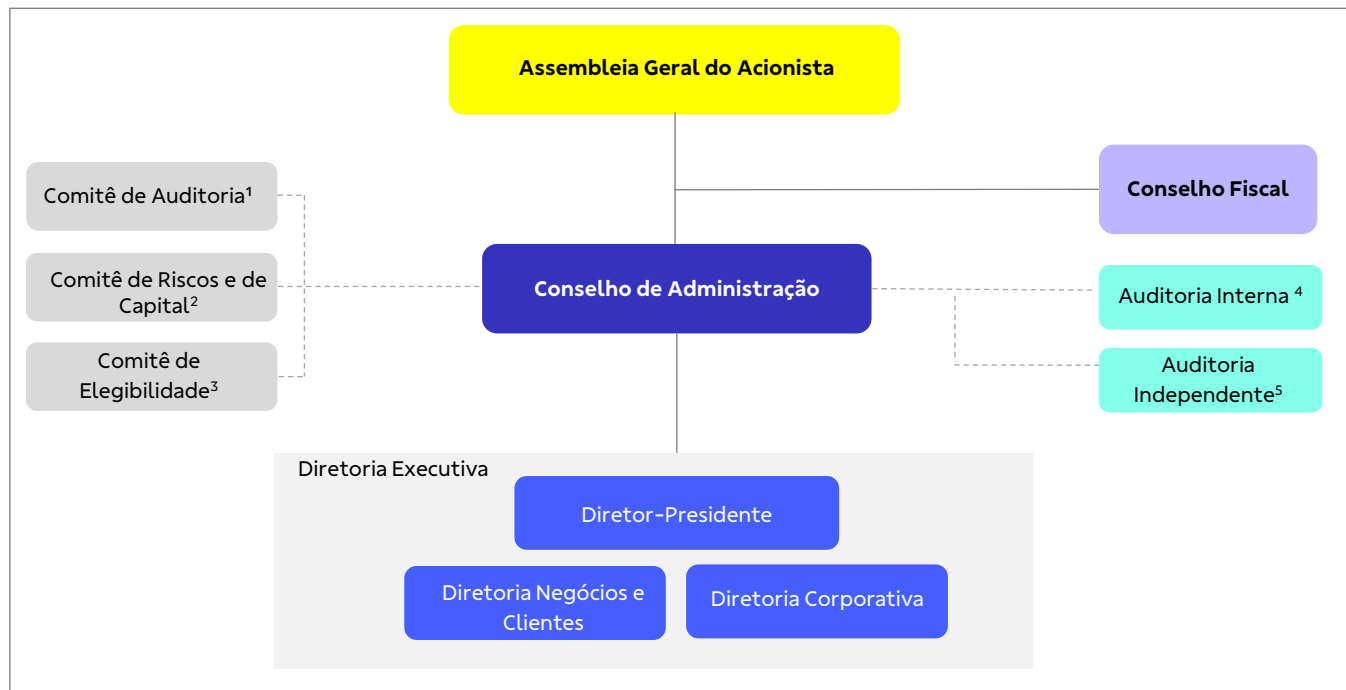
A Empresa adota estrutura de governança corporativa alinhada às diretrizes do Conglomerado BB e às melhores práticas aplicáveis às empresas de controle estatal. Essa estrutura busca assegurar transparência, integridade, eficiência na tomada de decisões e adequada prestação de contas à sociedade.

No nível estratégico, o Conselho de Administração é responsável por definir as diretrizes estratégicas, supervisionar a gestão e acompanhar o desempenho institucional da Companhia. A condução das atividades executivas cabe à Diretoria Executiva da BB Consórcios, responsável pela implementação da estratégia e pela gestão das operações.

A governança da Companhia é complementada por comitês de assessoramento e por estruturas de apoio voltadas à gestão de riscos, controles internos, integridade e conformidade, fortalecendo a qualidade do processo decisório e a efetividade dos mecanismos de supervisão.



Estrutura de Governança da BB Consórcios



¹ A BB Consórcios aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído no âmbito do Controlador.

² O Comitê de Riscos e de Capital do BB abrange as empresas do Conglomerado Prudencial, dentre elas, a BB Consórcios.

³ As atribuições do Comitê de Elegibilidade são exercidas por meio de compartilhamento de estrutura com o Banco do Brasil.

⁴ A Auditoria Interna do Banco do Brasil exerce suas atribuições na BB Consórcios por meio de contrato de ressarcimento de custos.

⁵ A Auditoria Independente é a mesma que atua para o BB, no âmbito do contrato firmado para as empresas do Conglomerado.

A estrutura de governança da BB Consórcios observa os dispositivos da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016, bem como as normas do BCB aplicáveis às administradoras de consórcio, além de referências de melhores práticas de governança corporativa.

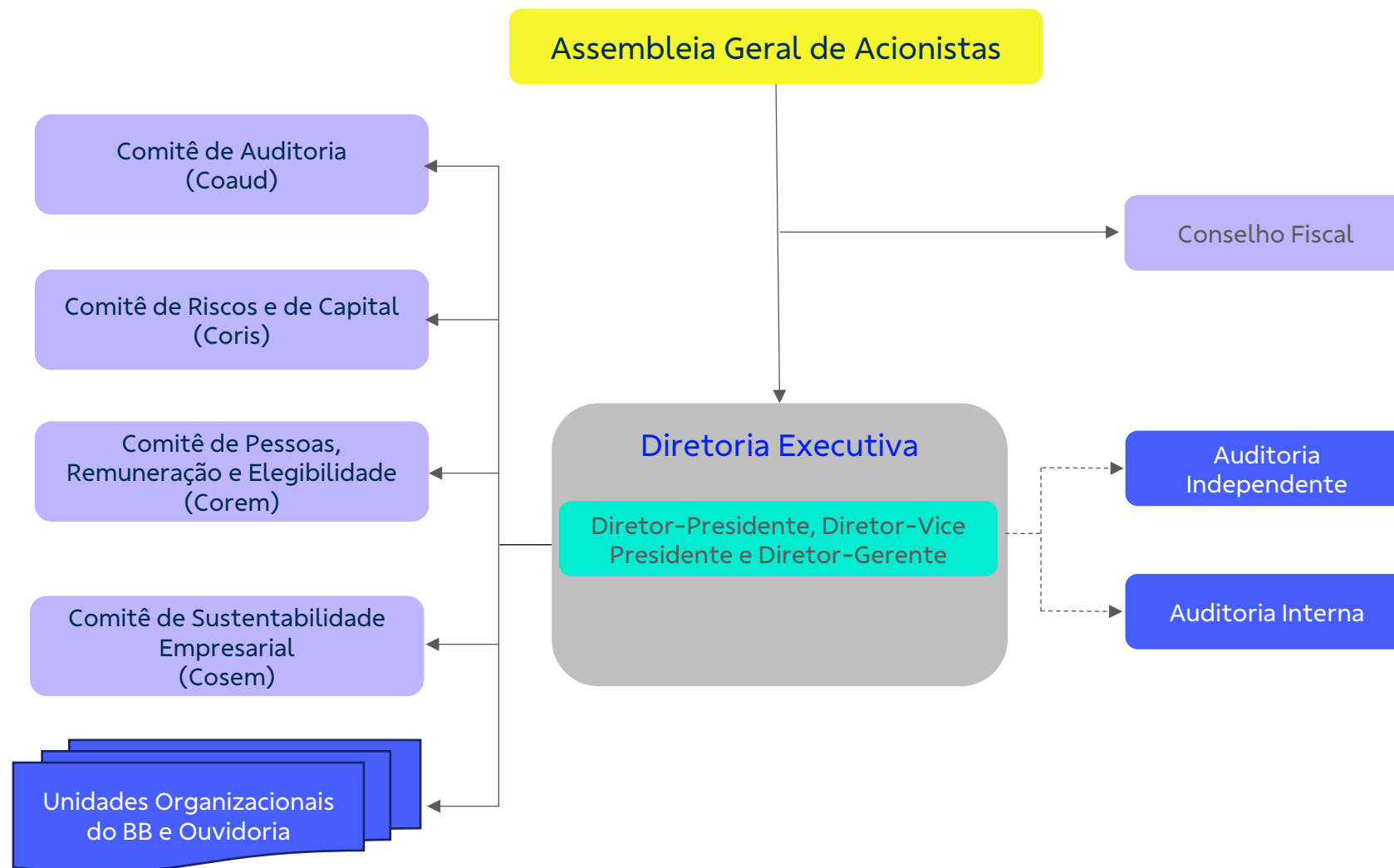


3.1.1.5. BB Leasing

A BB Leasing foi criada em 1987 – anteriormente a exigência de prévia autorização legislativa determinada pelo inciso XX do art. 37 da Constituição Federal de 1988 – observado o §2º do art. 237 da Lei nº 6.404/1976, que faculta às instituições financeiras de economia mista participar de outras sociedades, observadas as normas estabelecidas pelo Bacen.

A empresa é subsidiária integral do Banco do Brasil, com composição acionária detida integralmente pelo controlador.

Estrutura de Governança da BB Leasing



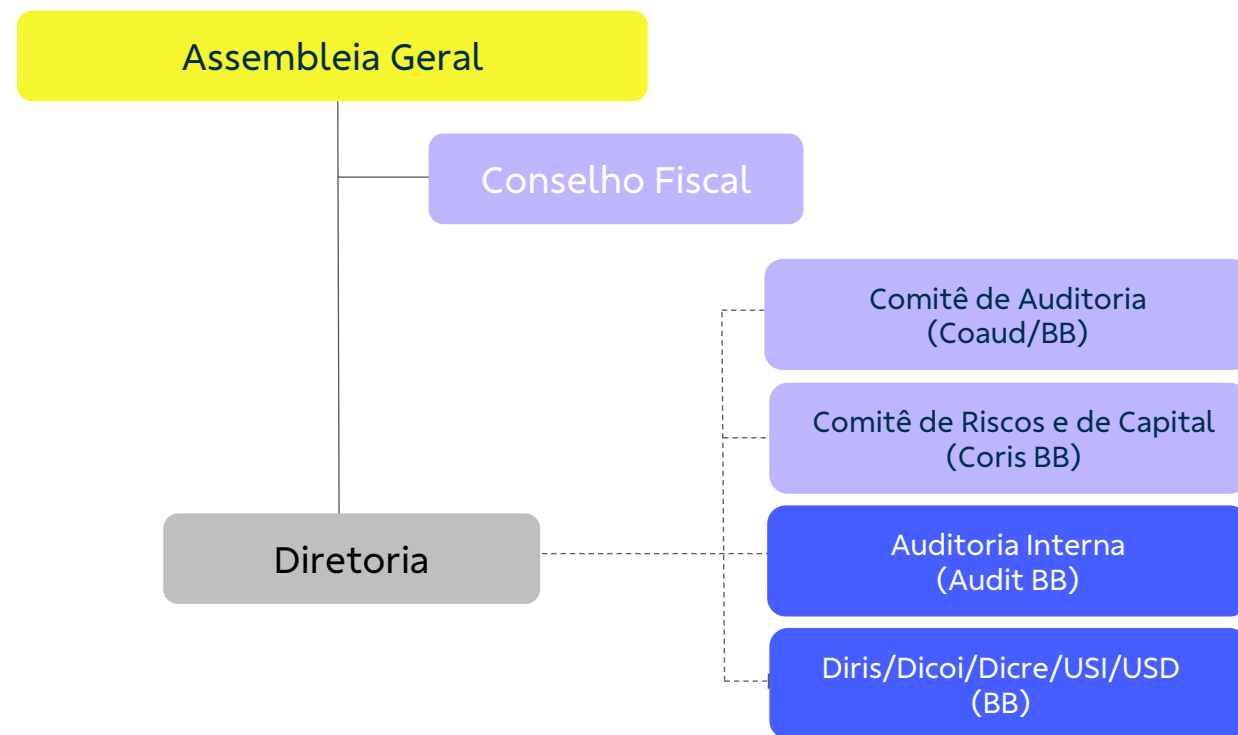


3.1.1.6. BB Cartões

A BB Cartões é pessoa jurídica de direito privado, subsidiária integral (100%) do Banco do Brasil S.A., sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto a direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. A Companhia foi criada em 1987, anteriormente à exigência de prévia autorização legislativa determinada pelo inciso XX do art. 37 da Constituição Federal de 1988, observando o §2º do art. 237 da Lei nº 6.404/1976. Seu objeto social compreende a administração e emissão de cartões de crédito e de débito, de vales-alimentação e/ou refeição, de *traveller's* cheques e atividades afins, com faculdade para atuar como empresa de participações (*holding*) para cumprimento do objeto social, nos termos do art. 8º, §2º, do Decreto nº 8.945/2016 e da Lei nº 13.262/2016.

A composição acionária é integralmente detida pelo Banco do Brasil S.A. (100%), com sede em Brasília/DF e abrangência de atuação nacional. O capital social registrado é de R\$ 9.300 mil, dividido em 398.157.958 ações ordinárias. A Companhia integra o setor de meios de pagamento, tendo descontinuado as emissões próprias de cartões em 2001 (cisão parcial e incorporação dessas operações pelo Banco do Brasil), e a comercialização de *traveller's* cheques em 2005, preservando a gestão de saldos legados e a administração de vales-benefício vinculados ao ecossistema do Conglomerado BB.

Estrutura de Governança da BB Cartões





A estrutura de governança corporativa da BB Cartões está estabelecida em seu Estatuto Social e nos regimentos internos dos órgãos de governança. A Companhia é administrada por Diretoria Executiva composta por três membros (Diretor Presidente, Diretor-Vice Presidente e Diretor Gerente), observados requisitos de reputação ilibada, experiência e aderência às melhores práticas de governança. Como subsidiária sem estrutura própria, suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil, com ressarcimento por convênio de compartilhamento de estrutura e rateio, o que assegura padronização de processos, ganhos de escala e sinergia operacional com o Controlador.

No campo de riscos e controles, a BB Cartões encontra-se integrada ao Sistema de Controles Internos (SCI) e ao Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) do Conglomerado Prudencial BB. A gestão de riscos é tratada de forma unificada pelo Banco do Brasil (Conglomerado Prudencial), com processos e diretrizes corporativas aplicáveis à Companhia, e informações complementares divulgadas no Relatório de Gerenciamento de Riscos do BB.

A Companhia compartilha com o Controlador as estruturas de auditoria interna (vinculada ao Conselho de Administração do BB) e de auditoria independente, sendo a KPMG Auditores Independentes Ltda. a firma atualmente designada para a auditoria

das demonstrações contábeis. As demonstrações da BB Cartões são preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a Lei das S.A. e os pronunciamentos do CPC aprovados por CVM e CFC.

No âmbito das políticas e práticas de governança, a BB Cartões observa a Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 8.945/2016, mantendo alinhamento às diretrizes, políticas corporativas e instâncias de comitês do Conglomerado, quando aplicável. A Companhia adota estrutura operacional integralmente suportada pelo Banco do Brasil, sem remuneração direta a administradores, com custos alocados por meio de rateio. Esse modelo assegura aderência às instâncias de conformidade, auditoria e integridade do Banco, bem como às políticas corporativas de canais de atendimento, prevenção à lavagem de dinheiro, combate à corrupção e gestão de riscos, em consonância com as práticas das demais empresas do grupo.

A Companhia adota política de distribuição de 100% do lucro líquido disponível ao acionista, após constituição da reserva legal, conforme prática divulgada para os últimos exercícios, reforçando disciplina de capital e aderência às diretrizes do Controlador.



3.2. Dados econômico-financeiros

O relatório Análise do Desempenho do Banco (disponível em bb.com.br/ri > Informações Financeiras > Central de Resultados) apresenta nossa situação econômico-financeira. O relatório é destinado aos analistas de mercado, acionistas e investidores e tem periodicidade trimestral.

A publicação reúne dados sobre indicadores econômicos, desempenho dos papéis do BB e gestão de riscos, além de apresentar tabelas com séries históricas de até oito períodos do Balanço Patrimonial Resumido e da Demonstração do Resultado com Realocações. O conteúdo inclui informações sobre rentabilidade, produtividade, carteira de crédito, qualidade da carteira, estrutura de capital, mercado de capitais e demais dados estruturais. Ao final do relatório apresentamos as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do período em análise.

Na aba Publicações e Comunicados > Formulários de Referência (seção 2) do link abaixo, é possível ver detalhes das condições financeiras e patrimoniais do BB.

[Banco do Brasil S.A.](#)

Com relação às ELBB, esses dados são apresentados em detalhes (resultados, estratégias e principais marcos de 2025) nas Demonstrações Contábeis (Demonstrações Financeiras/Informações Financeiras) em seus respectivos portais e podem ser acessados em seções de [Acesso à Informação](#) ou [Governança Corporativa](#), ou por meio dos seguintes links:

[BB Asset](#)

[BB Consórcios](#)

[Ativos](#)

[BB-BI](#)

[BB Leasing](#)

[BB Cartões](#)



3.3. Comentários dos Administradores

Os membros da nossa Diretoria Executiva, na forma da instrução CVM nº 80/2022, comentam na seção 2 do Formulário de Referência os principais aspectos relativos ao Banco, retrospectivamente a 2023, 2024 e 2025, declarando que as informações são verdadeiras, completas e consistentes.

Inicialmente, evidenciamos nossas condições financeiras e patrimoniais, estrutura de capital, fontes de financiamento e seus níveis de endividamento. Divulgamos, ainda, as variações mais relevantes do Balanço Patrimonial – BP entre os exercícios 2023/2025. O desempenho comentado tem como base as Demonstrações Contábeis em padrão internacional (IFRS), conforme recomendações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos órgãos antecessores.

Em seguida, apresentamos a formação do nosso resultado a partir de análises vertical e horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), em que são evidenciadas: (i) Receitas de Juros; (ii) Despesas de Juros; (iii) Provisão para Perdas Esperadas; (iv) Receitas não de Juros; (v) Despesas não de Juros; (vi) impostos.

3.4. Fatores de Risco

Apresentamos na seção 4.1 do nosso Formulário de Referência os Fatores de Risco mais relevantes, que podem impactar os negócios e os resultados das operações dos emissores e influenciar a decisão de investimento relacionados ao: emissor; acionistas, controladas e coligadas; administradores; fornecedores; clientes; setores da economia, regulação dos setores e países estrangeiros em que atuamos, questões sociais, ambientais e climáticas e ações ordinárias ou ADSs.

Na seção 4.2 do Formulário de Referência, indicamos os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no item 4.1.

Informações sobre dados econômico-financeiros do Banco do Brasil em IFRS, comentários de administradores e fatores de risco podem ser encontradas nas seções 1, 2 e 4 do Formulário de Referência (disponível em ri.bb.com.br > Publicações e Comunicados > Formulários de Referência).



3.5. Composição e remuneração da administração

A Política de Remuneração dos Administradores do BB é regulamentada pela Lei nº 6.404/1976, Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 8.945/2016, Decreto nº 12.102/2024, Resolução CMN nº 5.177/2024 e Estatuto Social do Banco do Brasil e tem por objetivo:

- i. Reforçar o compromisso com a Estratégia Corporativa e com o resultado sustentável do BB e reconhecer o esforço de cada administrador, proporcionalmente ao atingimento das metas;
- ii. Compatibilizar a Política de Remuneração Variável à Política de Gestão de Risco, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo da Organização; e
- iii. Contribuir diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos, pois é constituído de indicadores de desempenho que são desdobramentos da Estratégia Corporativa e do Plano Diretor.

Os valores são definidos com base em pesquisa de mercado, equilíbrio interno, responsabilidade, desempenho da Empresa e individual, entre outros fatores. A remuneração total engloba remuneração fixa, remuneração variável e benefícios.

O Programa de Remuneração Variável de Administradores (RVA) visa reconhecer o esforço dos dirigentes na construção dos resultados alcançados, com base no desempenho apurado de indicadores vinculados à Estratégia Corporativa. O Programa é proposto pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, aprovado pelo Conselho de Administração e, posteriormente submetido à manifestação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/SEST. A forma de pagamento segue as definições propostas pela Resolução CMN nº 5.177/2024, dentre as quais destaca-se o pagamento em ações da Companhia.



A remuneração e demais benefícios dos integrantes dos órgãos de Administração é fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) cuja ata está disponível no portal de Relações com Investidores (bb.com.br/ri > Publicações e Comunicados > Assembleias e Reuniões da Administração).



De forma a alinhar o Programa de RVA à Estratégia Corporativa, em sua composição é considerado o atingimento do Plano Diretor (PD) do Banco, que mensura o desempenho da instituição como um todo. Além disso, é considerado o desempenho individual e o da unidade de atuação do administrador.

O atingimento do PD é composto por indicadores relacionados à experiência dos clientes, financeira, estratégia ASG, transformação digital e fortalecimento da cultura organizacional. Na definição dos objetivos estratégicos e dos indicadores presentes no PD, bem como no Acordo de Trabalho, busca-se congrega a atuação do BB como agente executor de políticas públicas.

Ressalta-se que a composição da remuneração concedida aos membros da Diretoria Executiva alinha-se aos dispositivos legais referentes e visa recompensá-los pelo grau de responsabilidade de suas funções e pela fidúcia a elas inerente, bem como o valor de cada profissional no mercado, considerando a Política de Gestão de Riscos da Empresa, seus resultados e o ambiente econômico em que está inserida.

Na seção 8 do Formulário de Referência (disponível em bb.com.br/ri > Publicações e Comunicados > Formulário de Referência) podem ser encontradas informações sobre a política e os valores da remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal

Nesse sentido, alinhado ao interesse público, a remuneração variável de administradores e empregados do Banco do Brasil é influenciada pelo desempenho do Banco em Políticas Públicas, conforme orientação da SEST. O resultado do desempenho se reflete diretamente no percentual pago aos administradores por meio do Programa de Remuneração Variável de Administradores e sensibiliza o percentual distribuído aos funcionários pelo Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR).

Para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal o valor dos honorários é definido em 10% da remuneração mensal média da Diretoria Executiva, conforme Lei nº 6.404/1976 e Lei nº 9.292/1996, excluídos os valores relativos a benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da empresa.

O Programa de RVA para o exercício 2025 teve seu valor aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2025. Os termos e condições para o pagamento foram propostos pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, aprovados pelo Conselho de Administração e, posteriormente, pela SEST. Conforme Resolução CMN nº 3.921/2010 (revogada pela Resolução CMN 5.177/24, com início de vigência a partir de 01/01/2025), parte do pagamento foi feito em espécie e parte em ações, parcialmente diferida pelo prazo de cinco anos.



3.5.1 Composição e remuneração da administração no Conglomerado BB

No Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil (“CPBB”), há entidades que, conforme previsto no art. 14 do Decreto nº 8.945/2016, utilizam o compartilhamento de custos, estruturas, políticas e mecanismos de divulgação com o Banco do Brasil, enquanto acionista controlador dessas Entidades. Pode haver, ainda, compartilhamento de políticas e de comitês de assessoramento, conforme demonstrado nesta Carta Anual.

A **BB Leasing** e a **BB Cartões** não possuem quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são integralmente executadas por meio da estrutura administrativa do Banco do Brasil.

3.5.1.1 Na **BB Asset**, o teto do Montante Global para remuneração dos integrantes dos órgãos de administração – Diretoria Executiva e CA – incluindo honorários, remuneração variável, encargos e benefícios de qualquer natureza, é proposto pelo Conselho de Administração, apreciado pela SEST e fixado anualmente pela Assembleia Geral Ordinária – AGO, em conformidade com o artigo 152 da Lei nº 6.404/1976, com redação baseada na Lei nº 9.457/1997.

O Montante Global aprovado, período de abril/2025 a março/2026, para remuneração dos integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da **BB Asset** foi de R\$ 10.592.385,82, incluindo o valor dos honorários, remuneração variável, benefícios e encargos, conforme aplicável. A remuneração do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração está limitada a um décimo da remuneração média atribuída aos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos à adicional de férias e benefícios, conforme Lei nº 9.292/1996.

O pagamento do Programa de RVA da **BB Asset** para o exercício 2025 teve seu valor aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2025, e sua definição, qual seja 50% em pecúnia e 50% em ações, foi proposta pelo Comitê de Remuneração e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme legislação vigente.

A parcela de remuneração variável dos Diretores Estatutários pode variar de 0 a 12 honorários de acordo com o atingimento ou superação das metas estipuladas. A quantidade de honorários é calculada com base no resultado aferido no exercício. A parcela baseada em Ações está disponível no demonstrativo das ações adquiridas. Sua distribuição é realizada após a apuração do Programa de Remuneração Variável 2025, que determina que pelo menos 42% da remuneração do Diretor-Presidente e 40% da remuneração dos Diretores Executivos sejam diferidas para pagamentos futuros.





3.5.1.2 A Política de remuneração para administradores na **Ativos**, é regulamentada pelas Leis nº 6.404/1976, nº 13.303/2016 e pelo seu Estatuto Social.

A remuneração e os demais benefícios dos integrantes dos órgãos de Administração observam as determinações legais e são fixados anualmente pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) para o período de abril a março.

Em atendimento à Lei n.º 13.303/2016 e ao Decreto n.º 8.945/2016, o Montante Global aprovado, período de abril/2025 a março/2026, para remuneração dos integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Ativos foi de R\$ 7.666.744,25, incluindo o valor dos honorários, remuneração variável, benefícios e encargos. As informações não são individualizadas, pois possuem natureza estratégica e, portanto, encontram-se sujeitas ao sigilo empresarial, de fonte constitucional, como decorrência da preservação da intimidade assegurada pelo art. 5º, inciso X, da Constituição Federal.

A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, conforme Lei nº 9.292/1996, é fixada em 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores referentes aos benefícios diretos ou indiretos, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia.

A Companhia possui o Programa de Remuneração Variável Anual – RVA, especificamente para os membros da Diretoria Executiva, não abrangendo membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Alinhada ao interesse público, e em benefício da sociedade, a remuneração variável dos administradores e dos empregados é influenciada pelo Indicador de Políticas Públicas, que reflete diretamente no percentual pago aos administradores por meio do Programa RVA.



3.5.1.3 No **BB-BI**, o teto do Montante Global para remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) e dos conselheiros fiscais – incluindo honorários, remuneração variável (quando houver), encargos e benefícios de qualquer natureza, é fixado anualmente pela Assembleia Geral Ordinária – AGO, em conformidade com o artigo 152 da Lei nº 6.404/1976 e com as diretrizes estipuladas da SEST/MGI e do Controlador.

O Montante Global aprovado, período de abril/2025 a março/2026, para remuneração dos integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração foi de R\$ 6.663.756,69, incluindo o valor dos honorários, remuneração variável, benefícios e encargos, conforme aplicável.



A remuneração do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração está limitada a um décimo da remuneração média atribuída aos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos à adicional de férias e benefícios, conforme Lei nº 9.292/1996.

O Programa de Remuneração Variável – RVA do BB-BI para o exercício 2025 tem como objetivo alinhar esforços dos diretores com vistas ao atendimento dos objetivos estratégicos, induzindo comportamentos e ações que viabilizem desempenho de longo prazo e, também, incentivar e recompensar os Administradores em retribuição ao desempenho alcançado. O programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 20/05/2025, retificado posteriormente para ajustar os múltiplos de honorários. Sua composição prevê que o pagamento seja 50% em pecúnia e 50% em ações, conforme determina a Resolução CMN nº 5.177/2024.

A proposta aprovada contou com o parecer favorável do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Remuneração e Sucessão (Corem) e o programa prevê, para disponibilização do pagamento, os seguintes pré-requisitos: a) efetuar o pagamento, se for devido, do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados – PLR, do mesmo ano base, aos empregados; b) obtenção de lucro líquido contábil positivo pelo BB-BI no exercício; c) atribuir ao acionista o dividendo mínimo obrigatório referente ao ano-base; d) obter autorização da assembleia geral; e e) atingir, em média, 80% das metas estipuladas no Módulo Base do programa.

A quantidade de honorários previstos no programa de remuneração variável dos Diretores Estatutários para 2025 pode variar de 0 a 6 honorários de acordo com o atingimento ou superação das metas estipuladas e a quantidade de honorários é calculada com base no resultado aferido no exercício.

A distribuição das ações segue cronograma diferido, que prevê um período de 5 anos, conforme determina a Resolução CMN nº 5.177/2024.

No caso de redução superior a 20% no resultado do BB-BI durante o período de diferimento, a parcela diferida, seja das ações marcadas ou das ações gravadas, será revertida proporcionalmente à redução do resultado observado. Havendo reversão, no todo ou em parte, das ações gravadas, os respectivos Dividendos e ou JCP também são revertidos, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

As ações destinadas ao pagamento dos contemplados pelo programa da RVA são BBAS3 e são adquiridas a preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Informações detalhadas sobre Governança Corporativa, riscos e demais documentos societários podem ser consultadas no seguinte endereço:

<https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/elbb/bb-banco-de-investimento-sa#/>



3.5.1.4. Sobre a **BB Administradora de Consórcios S.A.**, as informações relacionadas a seguir atendem aos requisitos da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016. Neste sentido, é apresentado o valor global anual da remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

o teto de dispêndio global dos membros estatutários da BB Administradora de Consórcios S.A – Diretoria Executiva, Conselhos de Administração e Conselho Fiscal – que contempla benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, é fixado anualmente pela Assembleia Geral, em conformidade com o artigo 152 da Lei nº 6.404/1976, com a redação dada pela Lei nº 9.457/1997.

O montante global aprovado para os Administradores e Conselheiros Fiscais da BB Consórcios, período compreendido entre abril/2025 e março/2026, foi fixado em R\$ 6.754.668,27, incluindo o valor dos honorários, remuneração variável e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Empresa aos membros do Conselho de Administração. A remuneração do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração está limitada a um décimo da remuneração média mensal atribuída aos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos à adicional de férias e benefícios, conforme Lei nº 6.404/1976 e Lei nº 9.292/1996.

Essas informações são apresentadas de forma agrupada pois possuem natureza estratégica e, portanto, encontram-se sujeitas ao sigilo empresarial, como decorrência da preservação da intimidade assegurada pelo art. 5.º, inciso X, da Constituição Federal.

O Programa de Remuneração Variável de Administradores (RVA) tem como objetivo alinhar a atuação dos Administradores à estratégia, aos objetivos e ao propósito da Organização, incentivando decisões coerentes com o plano estratégico, a gestão responsável de riscos e a criação de valor sustentável no curto, médio e longo prazos. Em 2025, o programa foi elaborado com base em regras específicas, com definição de quantidade de honorários, pré-requisitos, indicadores, metas, pesos e réguas de apuração.

O Programa de RVA para o exercício 2025 teve seu valor aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2025. O pagamento da remuneração variável, em espécie, sendo 60% pago à vista e 40% diferido pelo prazo de até cinco anos, foi proposto pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração.



3.6 Inovações em governança corporativa

Principais marcos e práticas implementadas

Primeira empresa brasileira listada em Bolsa

1906

Ações do BB Integram a carteira ISE

2005

ADR Nível I

2009

Ações do BB passam a compor o IDIVERSA B3

2023

Pela 6ª vez, foi reconhecido como o Banco mais sustentável do mundo

2025

2002

Cláusula Tag Along de 100% do estatuto do BB
Conversão das Ações PN em ON

2006

Ingresso no Novo Mercado

2012

BB integra o índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de NY (DJSI)

2024

Critérios de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) para composição da Diretoria Executiva

2026

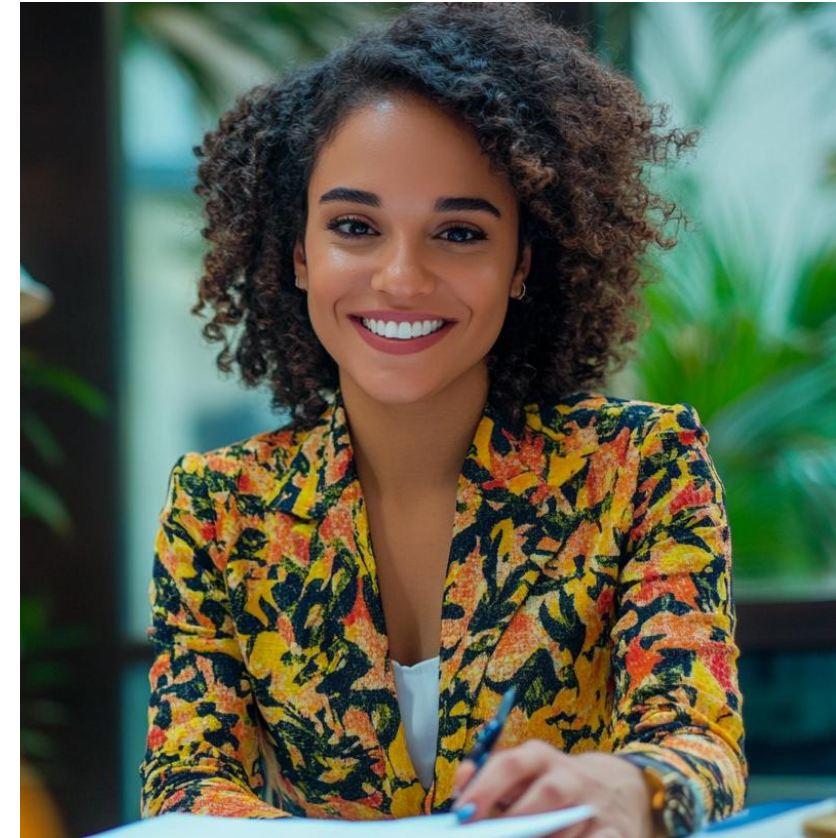
Classificado no Nível mais avançado do IG-Sest pela 7ª vez consecutiva



Estamos comprometidos com as melhores práticas de governança corporativa do Conglomerado, a saber:

No Banco do Brasil, destacamos:

- i. Estrutura de capital social composta exclusivamente de ações ordinárias (cada ação um voto);
- ii. Previsão de 30% (trinta por cento) de Conselheiros Independentes na composição do Conselho de Administração (CA), observados os critérios de arredondamento do art. 18, § 7º do Estatuto Social do BB;
- iii. Divulgação de Código de Ética aprovado pelo CA e aplicável a todos funcionários e administradores da Companhia;
- iv. Divulgação das Políticas Específicas de Transações com Partes Relacionadas (TPR) e de Conflito de Interesses, aprovadas pelo CA;
- v. Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital estatutários como órgãos de assessoramento vinculados ao CA, com autonomia operacional;
- vi. Resolução de conflitos entre acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (CF), efetivos e suplentes, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado;
- vii. Declaração, no Estatuto Social, das obrigações do acionista controlador para os casos de: alienação do controle acionário, fechamento de capital, saída do Novo Mercado, reorganização societária e manutenção de, no mínimo, 25% de ações em circulação;
- viii. Vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, aprovada pelo CA;
- ix. Manutenção de Canal de Denúncias;
- x. Aprovação, pelo Conselho de Administração, de compromisso institucional de proteção ao denunciante e de não retaliação; e
- xi. Declaração no Estatuto Social, e nos Regimentos Internos dos órgãos de governança do BB, de mecanismos para a resolução de situações envolvendo conflito de interesses, em linha com as boas práticas de mercado.





No âmbito do Conglomerado

A **Ativos** vem promovendo a evolução gradual de seu modelo de governança corporativa, com foco no fortalecimento da transparência, da qualidade das decisões e da integração entre estratégia, riscos e controles, em alinhamento às diretrizes do Conglomerado BB.

A Companhia adota modelo de decisões colegiadas, no qual os processos deliberativos são apoiados por informações estruturadas, indicadores de desempenho e análises de riscos, contribuindo para maior consistência, rastreabilidade e alinhamento das decisões às diretrizes estratégicas e aos objetivos do negócio.

A transformação digital na Ativos tem fortalecido a agilidade organizacional, por meio de novos modelos de trabalho e do uso de painéis gerenciais, modelos analíticos e inteligência artificial, gerando ganhos de escala pela padronização de processos e pela aplicação consistente das estratégias em volumes crescentes de operações, aprofundando a especialização da Companhia e robustecendo o processo decisório com orientação a dados.

A governança corporativa da Companhia é complementada pela integração com as estruturas do Controlador, pelo fortalecimento contínuo dos mecanismos de integridade e pela disseminação de princípios de conduta ética, assegurando aderência às boas práticas, confiabilidade das informações e adequada prestação de contas aos públicos de interesse.

Foram implementadas conjunto de Políticas, aprovadas pelo Conselho de Administração e que norteiam aspectos de governança e transparência, que se encontram disponíveis para consulta no site da empresa.

A **Asset**, em 2025, participou do 7º Ciclo do Indicador de Governança e Políticas Públicas (IG-SEST), tendo sido classificada na faixa de maturidade máxima – Excelência – nas três dimensões que compõem o referido Índice: Governança Corporativa, Políticas Públicas e Boas Práticas e Inovação.

Adicionalmente, a empresa reforça seu caráter de complementariedade do Conglomerado BB, alinhada ao interesse público, atuando na administração e gestão de recursos de terceiros e de fundos financeiros oficiais (governamentais) e carteiras administradas, promovendo a disseminação da cultura de mercado de capitais e de educação financeira, fortalecendo as empresas brasileiras e estimulando a poupança da população.



Destacam-se, ainda, as principais práticas de governança corporativa adotadas pela **BB Consórcios**:

- i. Estrutura de capital social composta exclusivamente por ações ordinárias (cada ação um voto);
- ii. Previsão de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de conselheiros independentes na composição do Conselho de Administração (CA);
- iii. Divulgação de Código de Conduta e Integridade aprovado pelo CA e aplicável a todos funcionários e administradores da Companhia;
- iv. Divulgação de Política de Transações com Partes Relacionadas (TPR), aprovada pelo CA;
- v. Divulgação de Política Específica de Governança e Transparência, aprovada pelo CA;
- vi. Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital estatutários como órgãos de assessoramento vinculados ao CA, com autonomia operacional;
- vii. Prestação de informações a acionistas, investidores e formadores de opinião, objetivas, confiáveis e tempestivas, com qualidade, transparência, completeza e tempestividade, respeitados os mais altos padrões de governança corporativa mesmo em situações de crise;
- viii. Divulgamos as informações ao mercado na forma prevista na legislação específica e na Política Específica de Governança e Transparência, aprovada pelo CA, de forma ampla, clara, transparente e precisa, em linguagem acessível, bem como zelamos pela sua imediata disseminação, para que seja assegurado ao acionista e ao público investidor o indispensável tratamento equitativo, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária;
- ix. Observamos os requisitos mínimos e as vedações para indicação de membros para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, previstos na legislação, nos normativos e em conformidade com as melhores práticas de governança;
- x. Manutenção de Canal de Denúncias; e
- xi. Previsão no Estatuto Social de mecanismos para a resolução de situações envolvendo conflito de interesses, em linha com as boas práticas de mercado.



Nessa Carta Anual Unificada, apresentamos as principais Informações do Conglomerado, a partir de materiais fornecidos pelas ELBBs que aderiram à Carta do Banco, os quais foram aprovados previamente pelos órgãos de governança competentes de cada empresa.

Quer saber mais?

Maiores detalhes especificamente podem ser encontrados nos sites de cada Companhia.





Esta Carta Anual é subscrita pelo CA do Banco do Brasil, na qualidade de controlador.

